



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PORTUGAL

ESTATÍSTICAS DA PROTECÇÃO SOCIAL

1998

Catalogação recomendada

ESTATÍSTICAS DA PROTECÇÃO SOCIAL. Lisboa, 1998-
Estatísticas da protecção social / ed. Instituto Nacional de
Estatística. - 1995-1996- . - Lisboa : I.N.E., 1998- . -
30 cm
Anual. - Continuação de : Estatísticas de protecção social,
associações sindicais e patronais = ISSN 0870-4406
ISSN 0874-1476
ISBN 972-673-408-8

Director

Presidente do Conselho de Administração
C. Corrêa Gago

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 65

Composição

INE - Dep. Estatísticas Demográficas e Sociais

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 400 exemplares

Depósito legal n.º 121729/98

Preço: 2 300\$00 (IVA incluído)

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente publicação do Instituto Nacional de Estatística tem por objectivo a caracterização da Protecção Social existente em Portugal, divulgando os dados relativos a 1998. Em virtude da Protecção Social estar em constante evolução, apresentando algumas transformações relativamente ao passado, apresentam-se alguns dados retrospectivos.

A informação publicada no âmbito das "Estatísticas da Protecção Social" encontra-se estruturada de acordo com a realidade portuguesa. Para além de um capítulo geral, incluem-se três capítulos correspondentes aos principais grupos de regimes: segurança social do sector privado, protecção social da função pública e os restantes regimes de protecção social. Finalmente, é apresentado um capítulo em que se faz a comparação entre a protecção social existente em Portugal e na União Europeia.

Chama-se a atenção do utilizador, para o facto de não se apresentarem dados recentes no que diz respeito a alguns quadros sobre o Serviço Nacional de Saúde, em virtude da informação relativa a 1998 não ter podido ser disponibilizada ao INE, em tempo útil.

Na preparação dos dados contidos no presente volume colaboraram diversas entidades, às quais o INE expressa os seus agradecimentos; igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas ou sugestões que permitam a melhoria de futuras edições.

Junho de 2000



SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Sinais Convencionais

... = Dado confidencial
- = Resultado nulo
x = Dado não disponível
" = Estimativa
* = Dado rectificado
o = Dado inferior à metade da unidade utilizada

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Siglas

HM = Total dos dois sexos
H = Sexo masculino
Esc. = Escudo
PPC = Paridade de Poder de Compra
 10^3 Esc. = Milhares de escudos
 10^6 Esc. = Milhões de escudos
Nº = Número
PIBpm = Produto interno bruto a preços de mercado
CRSS = Centro Regional de Segurança Social
CGA = Caixa Geral de Aposentações
ADSE = Assistência na Doença aos Servidores do Estado
R1 = Regimes de protecção social do sector privado
R2 = Regimes de protecção social da função pública
R3 = Outros regimes de protecção social
SCML = Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
IPSS = Instituições Particulares de Solidariedade Social
ASM = Associações de Socorros Mútuos
SNS = Serviço Nacional de Saúde

**Para esclarecimentos e informações adicionais sobre
o conteúdo desta publicação contactar:**

**DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Telefone: 218426100

Fax: 218426379



ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota Introdutória	3
Sinais Convencionais	4
Índice Sistemático	5

Capítulo 1 – Notas Explicativas e Conceitos

Notas Explicativas e Conceitos	9
--------------------------------------	---

Capítulo 2 – Análise de Resultados

Análise de Resultados	19
-----------------------------	----

Capítulo 3 – Dados Gerais

3.1 Receitas da protecção social, por natureza	34
3.2 Despesas da protecção social, por natureza	34
3.3 Prestações da protecção social, por grupos de funções	35
3.4 Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco	35
3.5 Indicadores	
3.5.1 Despesas de protecção social, em % do PIBpm	36
3.5.2 Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm	36
3.5.3 Despesas de protecção social per capita	37
3.5.4 Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa	37
3.5.5 Despesas da função doença por habitante e PIBpm per capita	37
3.5.6 Prestações familiares per capita	37
3.5.7 População residente, por grupos etários	38
3.5.8 Índices de dependência (jovens; idosos; jovens e idosos)	38
3.5.9 Índices de envelhecimento	38
3.5.10 Taxas de substituição	38

Capítulo 4 – Regimes de Protecção Social do Sector Privado

4.1 Receitas dos regimes de protecção social do sector privado, por natureza	40
4.2 Despesas dos regimes de protecção social do sector privado, por natureza	40
4.3 Prestações sociais, por grupos de funções	41
4.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	42



4.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	42
4.6 Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral, por escalões de pensão, em 31 de Dezembro ..	42
4.7 Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários, montantes e baixas no ano, por regiões	43
4.8 Indicadores	
4.8.1 Beneficiários activos, em % da população residente	44
4.8.2 Pensionistas, em % da população residente	44
4.8.3 Pensionistas, em % da população activa	44
4.8.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	45
4.8.5 Despesas das prestações "Velhice e sobrevivência", por pessoa activa	45

Capítulo 5 – Regimes de Protecção Social da Função Pública

5.1 Receitas do regime da função pública, por natureza	48
5.2 Despesas do regime da função pública, por natureza	48
5.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	49
5.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	50
5.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	50
5.6 Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por escalões de pensão	50
5.7 Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por áreas de origem	51
5.8 Inscrição de Subscritores, por áreas de origem.....	51
5.9 Indicadores	
5.9.1 Beneficiários activos, em % da população residente	52
5.9.2 Pensionistas, em % da população residente	52
5.9.3 Pensionistas, em % da população activa	52
5.9.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	53
5.9.5 Despesas das prestações "Velhice e sobrevivência", por pessoa activa	53

Capítulo 6 – Outros Regimes de Protecção Social

6.1 Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza	56
6.2 Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza	57
6.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	58
6.4.1 <u>Instituições Particulares de Solidariedade Social</u>	
6.4.1.1 Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções	59
6.4.1.2 Representatividade das IPSS na protecção social, por funções	59
6.4.1.3 Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções	60



6.4.2 Associações de Socorros Mútuos

6.4.2.1 Associações, associados efectivos e familiares	60
6.4.2.2 Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas.....	61

6.4.3 Serviço Nacional de Saúde

6.4.3.1 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas	62
6.4.3.2 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por grupos de serviços ..	63
6.4.3.3 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por regiões	63
6.4.3.4 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos), por tipo de serviço prestado e por regiões	64
6.4.3.5 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com medicamentos, por grupo de entidade	64
6.4.3.6 Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões	65
6.4.3.7 Indicadores	
6.4.3.7.1 Serviço Nacional de Saúde: alguns dados e indicadores	66
6.4.3.7.2 Habitantes, por médico	66
6.4.3.7.3 Despesas das prestações de saúde (doença), por pessoa activa	66

6.4.4 Fundos de Pensões

6.4.4.1 Quadro síntese	67
6.4.4.2 Nº de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões, por tipo de pensões pagas	68
6.4.4.3 Nº de participantes nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial	68
6.4.4.4 Estrutura do mercado dos fundos de pensões	69
6.4.4.5 Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões	69
6.4.4.6 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos	70
6.4.4.7 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados.....	70
6.4.4.8 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes	71
6.4.4.9 Distribuição dos associados dos fundos de pensões por sector de actividade	71

Capítulo 7 – Portugal na União Europeia

7.1 Estrutura das receitas, por natureza	74
7.2 Estrutura das prestações de protecção social, por grupos de funções	74
7.3 Indicadores	
7.3.1 Despesas de protecção social, em % do PIB	75
7.3.2 Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBm	75
7.3.3 Despesas de protecção social, por habitante em PPC	76
7.3.4 Despesas de protecção social, por habitante em ECU	76

CAPÍTULO 1

NOTAS EXPLICATIVAS E CONCEITOS



1. PROTECÇÃO SOCIAL (SEEPROS)

1.1. Protecção Social é toda a acção desenvolvida por diversas entidades, públicas e privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte, exclusão social, quando essas acções se desenrolem fora do quadro familiar ou individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente e simultânea do beneficiário.

1.2. Os objectivos do Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS) centram-se no fornecimento de informação caracterizadora da protecção social existente em cada Estado-membro, de forma a:

- abranger as prestações sociais e o seu financiamento;
- ser possível a comparabilidade internacional;
- estar harmonizada com outras estatísticas, em especial com as contas nacionais.

1.3. Regime de protecção social: corpo distinto de regras, apoiado por uma ou mais unidades institucionais que regem a atribuição das prestações sociais e o respectivo financiamento.

1.4. No SEEPROS as unidades de observação são as instituições que asseguram a título principal (organismos da segurança social especializados na cobertura de um ou vários riscos, eventualidades ou necessidades) ou secundário (Estado, instituições sem fins lucrativos ou entidades patronais) o fornecimento das prestações de protecção social e suportam, na totalidade ou em parte, os custos inerentes.

1.5. Estrutura contabilística dos regimes de protecção social no sistema central

1.5.1. Classificação das receitas de protecção social, segundo a sua natureza

Quotizações sociais - despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados (quotizações sociais a cargo da entidade patronal) ou pelas pessoas protegidas (quotizações sociais a cargo das pessoas protegidas), de forma a assegurar o direito às prestações sociais.

Contribuições públicas - compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e participações nos custos de funcionamento.

Transferências de outros regimes - transferências sem contrapartida, a receber de outros regimes de protecção social. (Exº: transferências que visam reduzir o défice de um dos regimes.)

Outras receitas - agrupam outras receitas correntes e de capital, dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e receitas diversas não classificadas em outras categorias (inclui donativos de particulares e dos sectores privados).



1.5.2. Classificação das despesas de protecção social, segundo a sua natureza

Prestações Sociais - transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades (funções).

Despesas de funcionamento - custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração (compreendem os custos de: inscrição dos beneficiários; cobrança das quotizações; administração das prestações; inspecção; resseguro; gestão financeira e os custos gerais).

Transferências para outros regimes - transferências, sem contrapartida, efectuadas a outros regimes de protecção social. (Exº: transferências de fundos quando há mudança de regime e contribuições para um regime deficitário.)

Outras despesas - agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Incluem os pagamentos de rendimentos de propriedade e despesas diversas não classificadas em outras categorias (exº: pagamento de impostos sobre o rendimento ou património).

1.6. Funções de protecção social

A função de uma prestação social refere-se ao objectivo primário para a qual é fornecida protecção social. Os diversos riscos e necessidades definem as funções essenciais às quais estão imputados recursos e prestações.

Classificação por função

1. **Doença** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionados com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.
2. **Invalidez** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes, físicos ou mentais, de exercerem actividades económicas e sociais.
3. **Velhice** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.
4. **Sobrevivência** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.
5. **Família** - Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, maternidade, adopção e o encargo com crianças ou outros parentes.
6. **Desemprego** - Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.
7. **Habitação** - Apoio pecuniário aos custos da habitação.



8. Exclusão Social - Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontre coberta por outras funções.

1.7. Indicadores Sociais

Índice de dependência de jovens - relação existente entre o número de jovens e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos.

$$[P(0,14)/P(15,64)] \times 100$$

Índice de dependência de idosos - relação existente entre o número de idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 15 - 64 anos.

$$[P(65,+)/P(15,64)] \times 100$$

Índice de dependência total - relação existente entre o número de jovens e idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e 65 e mais anos, e a população com 15 - 64 anos.

$$[(P(0,14)+P(65,+))/P(15,64)] \times 100$$

Índice de envelhecimento - relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0 - 14 anos.

$$[P(65,+)/P(0,14)] \times 100$$

Taxa de substituição - relação existente entre o número de jovens e de idosos, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 65 e mais anos.

$$[P(0,14)/P(65,+)] \times 100$$

sendo: P(0,14) - População com 0 a 14 anos
P(15,64) - População com 15 a 64 anos
P(65,+) - População com 65 e mais anos

2. REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO¹ (SEGURANÇA SOCIAL)

Regimes de segurança social - instrumentos jurídicos do Sistema de Segurança Social para efectivação do direito à Segurança Social. Actualmente existem: o regime dos trabalhadores por conta de outrem; o regime dos trabalhadores independentes; o regime do seguro social voluntário e ainda os regimes não contributivos. A amplitude da protecção varia conforme o regime de que se trata. Para além dos regimes anteriormente referidos, existe ainda o regime de segurança social das actividades agrícolas que se restringe apenas aos pensionistas agrícolas.

¹ Inclui os Regimes de Segurança Social, a Acção Social e as Doenças Profissionais



Prestações Sociais

Pensão de velhice - prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993, a partir de 1994, evoluiu de 62 para 65 anos com um aumento de 6 meses por ano civil.

Pensão de sobrevivência - prestação pecuniária mensal concedida aos beneficiários dos regimes: Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Actividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário. Esta prestação é concedida a familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) que, à data da morte, tenham completado 36 meses de contribuições.

Subsídio por morte - prestação pecuniária única concedida aos familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) por morte destes.

Subsídio de doença (com exclusão da tuberculose) - prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários activos.

Pensão de invalidez - prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que, havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar.

Abono de família - prestação pecuniária mensal concedida aos descendentes, ou equiparados, dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, excepto alguns grupos abrangidos pelo Regime de Seguro Social Voluntário e pelo Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.

Subsídio de maternidade - prestação pecuniária concedida às trabalhadoras durante 98 dias no período da maternidade.

Subsídio de aleitação - prestação pecuniária concedida nos primeiros 10 meses de vida dos filhos dos beneficiários de todos os regimes de Segurança Social, com excepção de alguns grupos do Regime de Seguro Social Voluntário e do Regime dos Trabalhadores Independentes.

Subsídio familiar a crianças e jovens - prestação pecuniária mensal de montante variável concedida aos descendentes dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social. O montante é determinado em função de três escalões de rendimentos estabelecidos por referência ao salário mínimo nacional. (Esta prestação veio, a partir de Julho de 1997, substituir as prestações de abono de família, subsídio de nascimento e aleitação, mantendo-se o processamento relativo a meses anteriores.)

Acção Social - "forma" de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, deficientes, idosos e outras pessoas nas situações mencionadas), quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.



Subsídio de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnem as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem durante pelo menos 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego e tenham contribuído sobre salários reais.

Subsídio social de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que, na situação de desemprego involuntário, tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnem as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data de desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais "per capita" superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvia a sua actividade.

Beneficiário - pessoa inscrita como titular do direito a protecção social no âmbito dos regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.

Beneficiários activos - beneficiários identificados perante o sistema de Segurança Social ou pessoas não identificadas, em cujo nome tenham entrado remunerações no período de referência ou num determinado período anterior (pelo menos num mês), com inclusão dos pensionistas simultaneamente no activo, dos subsidiados por desemprego e dos beneficiários que se encontrem noutras situações de equivalência a entrada de contribuições, nos períodos anteriormente referidos, e com exclusão dos que tenham deixado de contribuir, por terem sido transferidos para outras instituições, por terem passado à situação de pensionistas de invalidez ou velhice ou por haverem falecido.

3. REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

3.1. Prestações concedidas pela Caixa Geral de Aposentações:

Consistem em prestações pecuniárias concedidas aos subscritores da CGA (pensões de velhice e reforma), aos familiares dos beneficiários ou aposentados (pensão de sobrevivência e subsídio por morte) ou, em casos especiais, a determinadas pessoas independentemente de serem ou não subscritores da CGA (pensão de invalidez).

3.2. Prestações concedidas pela Administração Central, Local e Regional:

Trata-se de benefícios concedidos, directamente: pensão de velhice (até o processo passar à CGA); abono de família; subsídio de nascimento; subsídio de aleitação; subsídio de funeral; subsídio de educação especial; abono complementar a crianças e jovens deficientes; subsídio mensal vitalício; cuidados de saúde; etc.

3.3. Prestações concedidas pela Assistência na Doença aos Servidores do Estado:

A assistência à doença, na Função Pública, é comparticipada por um organismo central, a Direcção Geral de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública



(ADSE). O pagamento dos cuidados de saúde assenta nas técnicas de reembolso ao beneficiário e do pagamento directo à entidade prestadora de serviços. A protecção na saúde é assegurada tanto no regime ambulatorio como no de internamento, através de comparticipações nas prestações de saúde (fornecimento directo e reembolso de: cuidados de saúde, produtos farmacêuticos, etc.)

3.4. Prestações concedidas pelos Serviços Sociais:

A acção social complementar integra o conjunto de esquemas complementares de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública que se destinem à prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar, que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social.

Os Serviços Sociais actuam, entre outras, nas seguintes áreas: acção social (funções família e velhice); cuidados de saúde (auxílio nas despesas com saúde, em complementaridade com a ADSE) e outras (funções habitação e exclusão social).

3.5. Prestações sociais concedidas por outras instituições

Trata-se dos benefícios concedidos pela Assistência na Doença aos Militares e Paramilitares e pelo Cofre de Previdência do Ministério das Finanças, nomeadamente: cuidados de saúde; produtos farmacêuticos; subsídio de doença e pensão de velhice.

4. OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

4.1. Prestações concedidas pela entidade patronal

Estas prestações são fornecidas aos respectivos trabalhadores, sendo directamente suportadas pela entidade patronal.

Consistem em complementos de subsídio por doença, de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, outras prestações relacionadas com a função família bem como acção social para os domínios da velhice e família e cuidados de saúde.

4.2. Prestações concedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição autónoma das estruturas da segurança social, desenvolvendo a sua actividade, predominantemente, no domínio da acção social (funções: família; velhice e invalidez), através de estabelecimentos próprios, ou por via de outras instituições; subvenciona, com fins similares, designadamente, as instituições particulares de solidariedade social, cuja acção incida sobre os limites do concelho de Lisboa. Para além da acção social, a SCML actua ao nível da exclusão social e da doença (cuidados de saúde).

4.3. Prestações concedidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com o objectivo de fornecer serviços ou prestações de protecção social.



Utente - pessoa que, sendo ou não beneficiário, usufrui dos benefícios da segurança social (prestações dos regimes e acção social).

Valência - resposta social organizada com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes.

Exemplos:

- Função "Família" (acção social) - valências: creches, jardins de infância, creches e jardins de infância, actividades dos tempos livres, colónias de férias, etc.;
- Função "Doença" (cuidados de saúde) - valências: internamento e assistência hospitalar, cuidados ambulatoriais, medicamentos, meios auxiliares e de diagnóstico e outras;
- Função "Exclusão social"- valências: refeitórios, albergues nocturnos, acções de apoio a desalojados, auxílios prestados a indigentes, acções de apoio a toxicodependentes, etc.

4.4. Prestações concedidas pelo Serviço Nacional de Saúde

O sistema de saúde é constituído pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e por todas as entidades públicas que desenvolvam actividades de prevenção e tratamento na área da saúde. As prestações atribuídas são: cuidados médicos, produtos farmacêuticos e outras (incluem fornecimentos directos e reembolsos).

4.5. Prestações concedidas pelas Associações de Socorros Mútuos

Associações mutualistas - são instituições particulares de solidariedade social com número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco.

Associados efectivos - são os associados que subscrevem qualquer das modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.

4.6. Prestações concedidas pelos Fundos de Pensões

Fundo de pensões - Fundo para o qual são efectuadas contribuições, as quais constituem um património exclusivamente afecto ao pagamento, no futuro, de prestações pecuniárias, sob a forma de renda ou capital, a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, ou sobrevivência. O pagamento destas prestações resulta das condições fixadas num plano de pensões previamente acordado entre as partes.

Tipos de fundos de pensões

Fundo de pensão fechado - Quando diz respeito a apenas um associado ou, existindo vários associados, desde que exista um vínculo de natureza empresarial, associativo, profissional ou social entre os mesmos e seja necessário o assentimento destes para a inclusão de novos associados no fundo.

Fundo de pensão aberto - Desde que não se exija a existência de qualquer vínculo entre os diferentes aderentes ao fundo, dependendo a adesão ao fundo unicamente de aceitação da entidade gestora.



A adesão individual a fundos de pensões abertos, como é o caso dos PPR e PPA, estão fora do âmbito da Protecção Social.

Participantes - As pessoas singulares em função de cujas circunstâncias pessoais e profissionais se definem os direitos consignados nos planos de pensões, independentemente de contribuírem ou não para a formação do património do fundo.

Beneficiários - As pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas no plano de pensões, sejam ou não participantes.

Gestão de fundos de pensões - Fundos de pensões podem ser geridos quer por sociedades constituídas para esse fim, adiante designadas por sociedades gestoras, quer por companhias de seguros que explorem o ramo "Vida".

Beneficiários - As pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas no plano de pensões, sejam ou não participantes.

Associados - As pessoas colectivas que contribuem para o fundo e cujos planos de pensões são realizados ou complementados por estes.

Idade técnica ou actuarial - A idade relativa ao aniversário natalício mais próximo dessa data.

Tipos de planos de pensões existentes

Plano de benefício definido - Plano onde se estabelece, à partida, o valor e o tipo de benefício que será atribuído à data da reforma. Um plano pode ser, relativamente à Segurança Social, classificado como:

Complementar integrado - se os montantes estabelecidos são um complemento à pensão da Segurança Social:

$$PP = PT - PSS \text{ ou } PP = \% PSS; \text{ sendo}$$

PT = pensão total a receber pelo beneficiário

PP = pensão atribuída pelo plano

PSS = pensão da Segurança Social.

Complementar não integrado – se existe um limite superior do tipo:

$$PT = PP + PSS < \% \text{ do salário final.}$$

Independente – se os valores garantidos não dependem da pensão da Segurança Social.

Plano de contribuição definida - Plano onde os benefícios a conceder dependem do montante com que a empresa decide contribuir, do modo como distribui essa contribuição pelos diversos empregados e dos montantes capitalizados, para cada um deles, à data da sua reforma efectiva.

Plano Misto – plano que integra os dois tipos de planos acima definidos.

Plano Contributivo – plano em que se prevê a existência de contribuições dos participantes.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE RESULTADOS



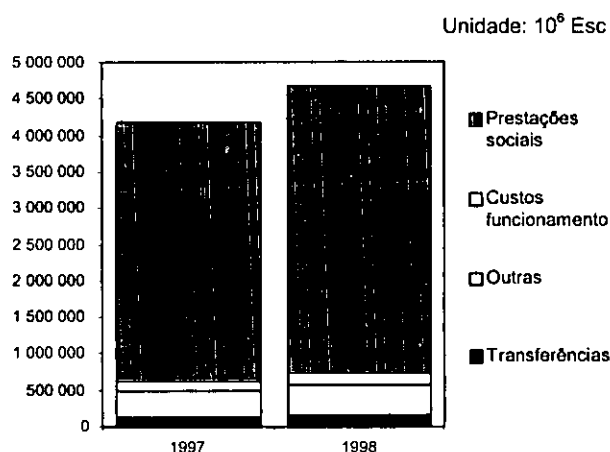
PROTECÇÃO SOCIAL – ANÁLISE GERAL

Ao proceder-se à análise da Protecção Social, em 1998, constata-se que o crescimento das despesas da protecção social (11,8%) é superior ao aumento das receitas (9%), traduzindo-se numa redução da cobertura das despesas pelas receitas.

Em 1998 foram concedidos 3 920 109 milhões de escudos em prestações sociais, representando aproximadamente 84,1% do montante total despendido em Protecção Social.

Os restantes custos da Protecção Social representam 15,9% e incluem: "outras despesas" (8,7%), "custos de funcionamento" (3,6%) e "transferências entre regimes" (3,5%).

2.1-Despesas da protecção social, por natureza



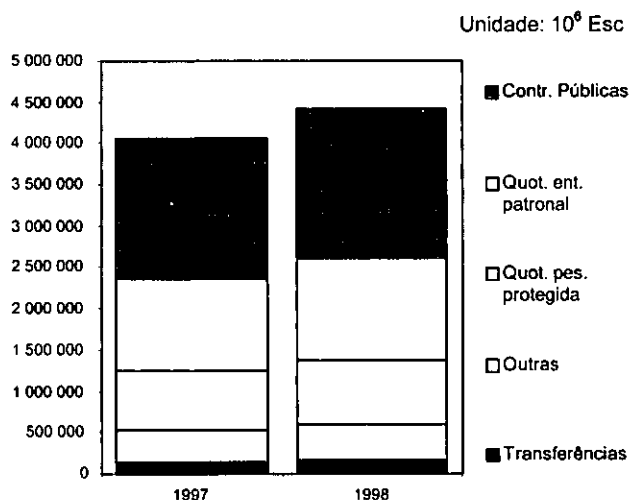
No conjunto dos três regimes constata-se que os maiores montantes foram canalizados para a "Saúde" (1 800 824 milhões de escudos) e "Velhice e Sobrevivência" (1 671 178 milhões de escudos).

A Exclusão Social foi a função que, em 1998, maior crescimento registou – aproximadamente mais 87,8% do que no ano anterior (59 803 milhões de escudos em 1998 e 31 848 milhões de escudos em 1997), reflectindo a expansão do Rendimento Mínimo Garantido, medida implementada pela Segurança Social em Julho de 1997.

A Habitação foi a única função que registou redução (- 3%), tendo passado de 698 milhões de escudos, em 1997, para 677 milhões em 1998 - reflexo da diminuição dos montantes atribuídos para esta área, pela Segurança Social.

As contribuições públicas continuam a constituir o principal financiamento da Protecção Social, situando-se, em 1998, na ordem de 1 824 101 milhões de escudos, o equivalente a 41,2 % do total de receitas. As quotizações da entidade patronal correspondem a 27,7% do total de receitas, as quotizações da pessoa protegida: 17,3%; Outras receitas: 10,1% e Transferências: 3,7%.

2.2-Receitas da protecção social, por natureza



Em termos de cobertura dos diversos riscos por cada grupo de regimes, salienta-se a crescente importância do desempenho da Segurança Social, no que diz respeito à Exclusão Social - em 1998 tornou-se responsável por cerca de 79,1% das prestações concedidas nesta área – importância devida ao Rendimento Mínimo Garantido.

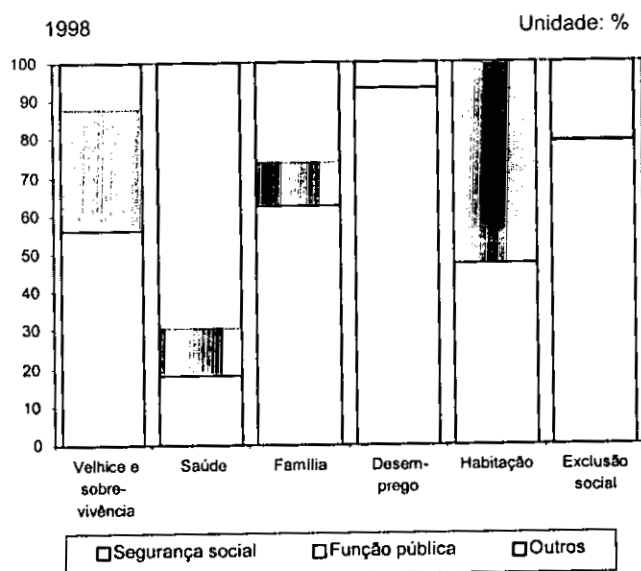
Constata-se ainda que os Regimes de Segurança Social desempenham papel substancial nas áreas: "Desemprego" (cerca de 93,2% do montante total de prestações concedidas nesta área, foram atribuídas pela Segurança Social), "Família" (62,3%) e "Velhice e Sobrevivência" (56,1%).

No que diz respeito à "Saúde", os "Outros Regimes" são responsáveis por 69,5%, consequência das actividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Saúde.



Para "Velhice e Sobrevivência", verifica-se o aumento da importância de "Outros Regimes", causado pelo aumento das pensões pagas através dos Fundos de Pensões.

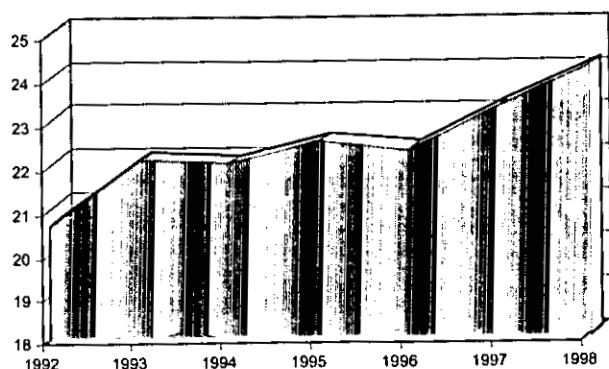
2.3-Estrutura dos regimes de protecção social, na cobertura de cada risco



Em relação aos últimos 6 anos (período compreendido entre 1992 e 1998), verifica-se que existe uma crescente importância do total de despesas de Protecção Social em termos de Produto Interno Bruto - em 1998 as despesas de Protecção Social representavam aproximadamente 24,2% do PIBpm, enquanto que em 1992 representavam 20,6%.

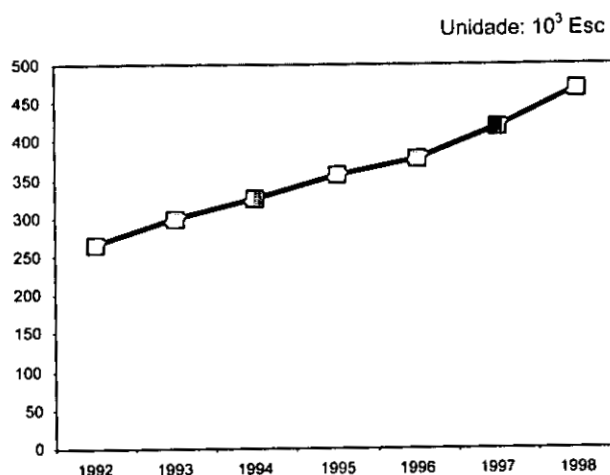
Do total de prestações de Protecção Social, a "Saúde" e a "Velhice e Sobrevivência" são os grupos de funções que maior peso têm no PIBpm (respectivamente 9,4% e 8,7% do PIBpm).

2.4-Despesas de protecção social, em percentagem do PIBpm



As despesas de protecção social per capita, registam em 1998 um aumento de, aproximadamente, 48,3 milhares de escudos por habitante, relativamente ao ano anterior (em 1997 foram despendidos cerca de 466,9 milhares de escudos por habitante, enquanto que no ano anterior tinham sido gastos 418,6). Ao considerar-se o período compreendido entre 1992 e 1998, constata-se que as despesas de protecção social, por habitante tiveram um crescimento médio anual de 9,9%.

2.5-Despesas de protecção social, per capita



O aumento das despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa reflecte o crescente envelhecimento da população portuguesa (em 1998, despenderam-se 335,1 milhares de escudos por pessoa activa, mais 23,3 milhares de escudos do que no ano anterior). Constata-se ainda o aumento das despesas em doença, por habitante (129,2 milhares de escudos em 1998, registando no período 1992-1998 um crescimento médio anual de 10,3%) e das prestações familiares, por habitante (20,5 milhares de escudos em 1998, traduzindo um crescimento médio anual de 7,1% entre 1992 e 1998).

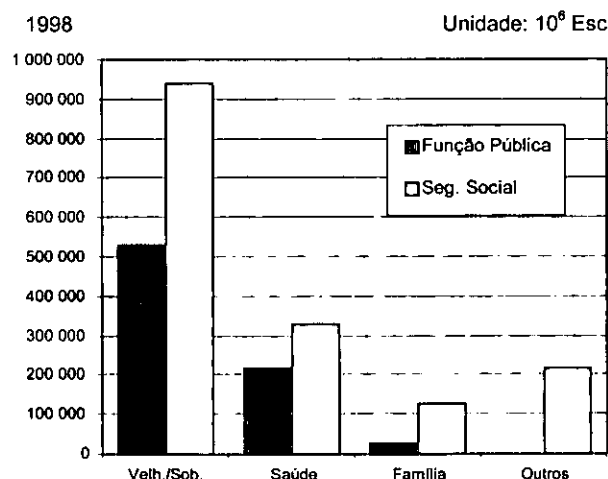


PROTECÇÃO SOCIAL NO SECTOR PRIVADO E NA FUNÇÃO PÚBLICA

Os regimes de Protecção Social do Sector Privado (Segurança Social) e da Função Pública detêm grande importância na Protecção Social Portuguesa, sendo responsáveis por cerca de 61% do total de benefícios sociais concedidos (em 1998 o montante despendido por estes dois conjuntos de regimes ascendeu a 2 388 009 milhões de escudos).

Existem diferenças substanciais entre estes dois tipos de regimes, nomeadamente quanto à forma de financiamento. Enquanto nos regimes da função pública a maior parcela de financiamento tem origem nas Contribuições Públicas (66,6%), no sector privado a maior fonte de receitas são as Quotizações da Entidade Patronal (42,6%).

2.6-Protecção social na segurança social e função pública, por grupos de funções



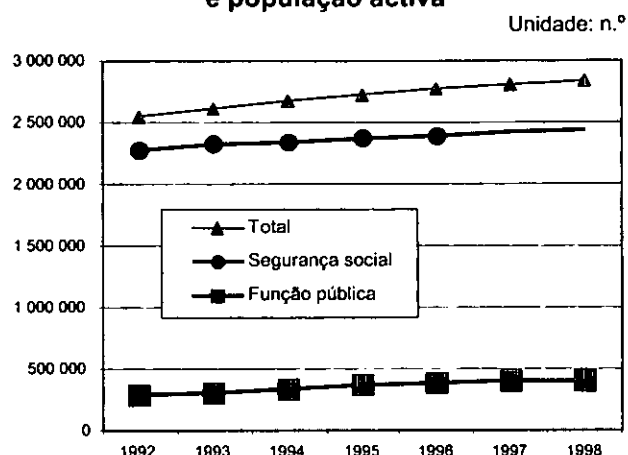
As pensões de velhice são, em ambos os regimes, o principal benefício social concedido, consequência do crescente envelhecimento da população.

Em 1998, as pensões de Velhice pagas pela Segurança Social ascenderam a 724 574 milhões de escudos, enquanto que os regimes de Função Pública despenderam 459 818 milhões de escudos.

Na Segurança Social assistiu-se a um aumento do número de pensionistas de velhice, invalidez e sobrevivência na ordem dos 16 781 (mais 1% do que em 1997), enquanto que na Função Pública passaram a existir mais 10 447 pensionistas (aumento de 2,6%). Em termos de população

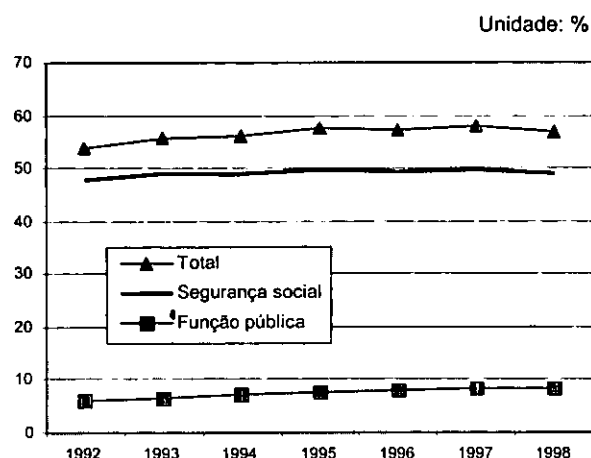
residente, constata-se que os pensionistas da Segurança Social representam 24,4%, enquanto que 4,1% da população são pensionistas da Função Pública.

2.7-Relação entre pensionistas e população activa



O número de beneficiários activos registou um aumento de 4,1% na Função Pública (mais 26 941 beneficiários do que no ano anterior) e de 1,5% na Segurança Social (mais 65 217 indivíduos). Na função pública, apesar da evolução dos beneficiários activos ter sido superior à dos pensionistas, a proporção entre estas duas variáveis permanece constante, situando-se em 1,7 desde 1995.

2.8-Evolução do número de pensionistas



Em 1998, as prestações de velhice e sobrevivência pagas pelos regimes de protecção social da função pública representavam, em média, cerca de 102,19 milhares de escudos por



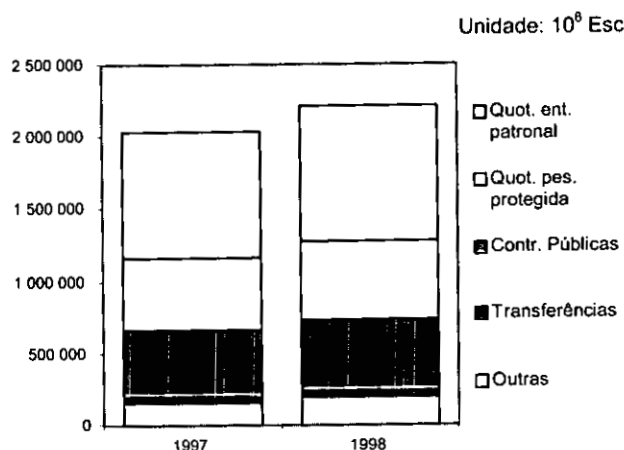
pessoa activa, enquanto que, as prestações pagas pela Segurança Social representavam 187,9.

No que diz respeito ao número de pensionistas de velhice e invalidez, por escalões de pensão, verifica-se que cerca de 84% do total de pensionistas do regime geral de segurança social usufruem de pensões de montante igual ou inferior a 50 mil escudos, enquanto que apenas 19% dos pensionistas da Função Pública auferem pensões nestes montantes.

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO

Em 1998, à semelhança da tendência que se tem vindo a registar nos últimos anos, verifica-se que apesar da evolução das receitas e despesas dos regimes de segurança social ser positiva, em ambos os casos, a taxa de cobertura das despesas pelas receitas da Segurança Social tem vindo a reduzir-se cada vez mais. Enquanto que as despesas aumentaram 10,4% em relação ao ano anterior, atingindo 2 193 416 milhões de escudos em 1998, as receitas aumentaram 8,8%, traduzindo-se em 2 213 180 milhões de escudos. As "Quotizações da Entidade Patronal" constituem a principal fonte de receitas da Segurança Social representando aproximadamente 42,6% do total, seguindo-se-lhes as "Quotizações da Pessoa Protegida" (24,6%); as "Contribuições Públicas" (21,9%); as "Outras Receitas" (8,6%) e as "Transferências" (2,3%).

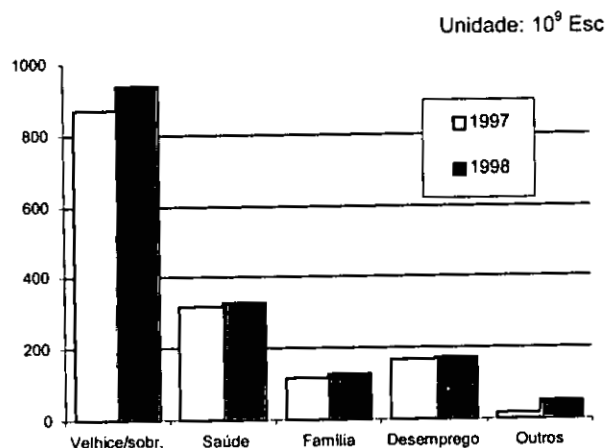
2.9-Receitas de Segurança Social, por natureza



Por outro lado, as prestações sociais concedidas pela Segurança Social representam cerca de 73,6% do total de despesas, enquanto que: "Outras Despesas", "Transferências" e "Custos de Funcionamento" representam apenas 26,4%.

Do total de prestações concedidas pela Segurança Social, que em 1998 totalizaram 1 613 580 milhões de escudos, destacam-se algumas prestações pela importância que possuem na Segurança Social portuguesa: "Pensão de Velhice" (724 574 milhões de escudos); "Pensão de Invalidez" (211 041 milhões de escudos); "Pensão de Sobrevivência" (171 959 milhões de escudos); "Subsídio de Desemprego" (133 056 milhões de escudos); "Subsídio de Doença" (90 883 milhões de escudos); Subsídio Familiar a Crianças e Jovens (83 389 milhões de escudos) e o Rendimento Mínimo Garantido (36 878 milhões de escudos).

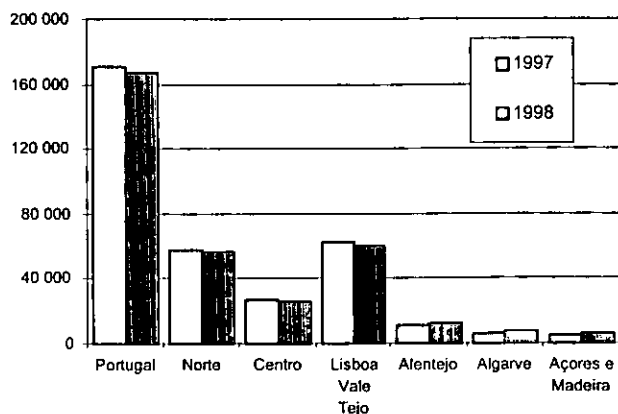
2.10-Prestações sociais da segurança social, por grupos de funções



Para o ano em causa, é de salientar a redução dos montantes pagos através do subsídio de doença e subsídio de desemprego (menos 600 e 1 576 milhões de escudos, respectivamente), consequência de campanhas de moralização e processos de fiscalização levados a cabo pela Segurança Social, assim como da descida do desemprego. Por sua vez, o subsídio de funeral registou uma redução na ordem dos 1 457 milhões de escudos, consequência da alteração das condições de atribuição.

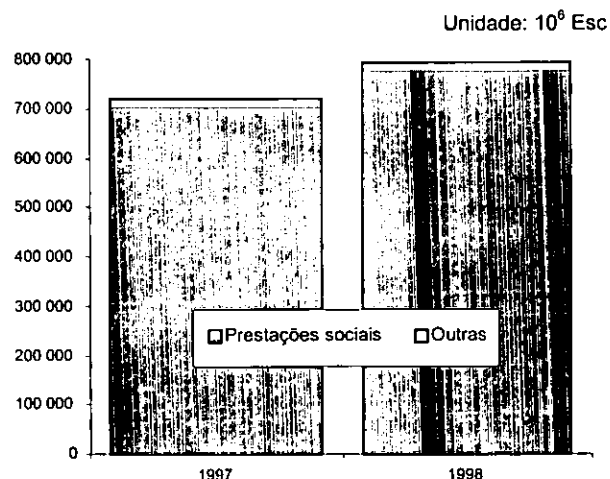


2.11-Número de beneficiários dos subsídios de desemprego e social de desemprego



No que diz respeito ao Rendimento Mínimo Garantido - medida introduzida pela Segurança Social, em 1997, com o objectivo de combater a Pobreza e a Exclusão Social - constata-se o forte aumento das verbas a ela destinadas (mais 28 090 milhões de escudos em 1998 do que no ano anterior, consequência da expansão da medida).

2.12-Despesas dos regimes da função pública, por natureza

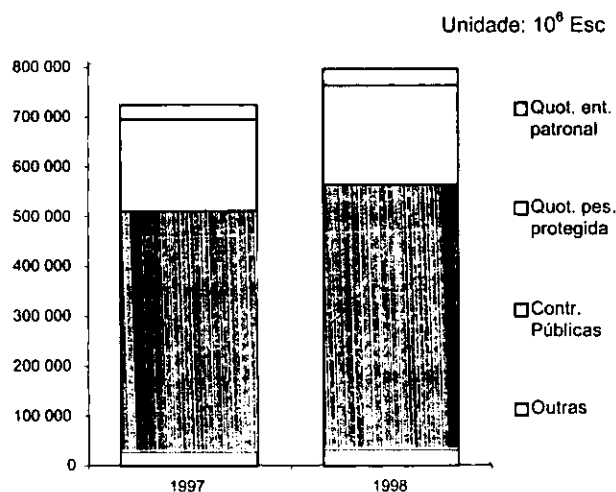


Por seu lado as receitas situaram-se na ordem dos 795 208 milhões de escudos, tendo as "Contribuições Públicas" assumido papel predominante no financiamento destes regimes - em 1998 representaram aproximadamente 66,6% do montante total das receitas, tendo ascendido a 529 422 milhões de escudos. As "Quotizações da Pessoa Protegida" representaram cerca de 25,4% das receitas, enquanto que as "Outras Receitas" equivaleram a 4,1% e as "Quotizações da Entidade Patronal": 3,9%.

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Em 1998 as despesas dos regimes de protecção social da Função Pública ascenderam a 790 496 milhões de escudos, tendo sido despendidos em prestações sociais, aproximadamente, 774 430 milhões de escudos (mais 69 648 milhões de escudos do que em 1997).

2.13-Receitas dos regimes da função pública, por natureza

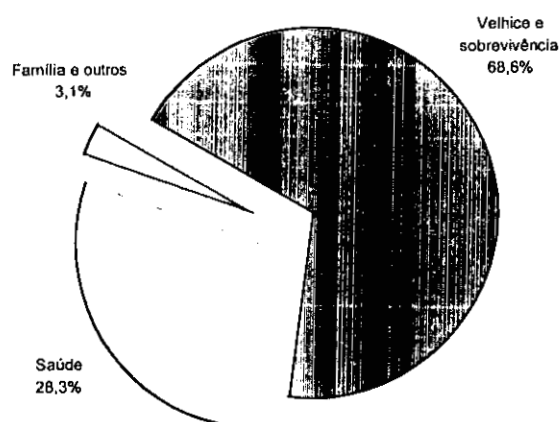




No que diz respeito à forma como foram distribuídos os benefícios sociais, salientam-se as "Pensões de Velhice" que ascenderam a 459 818 milhões de escudos; os "Cuidados de Saúde" (117 186 milhões de escudos); "Pensões de Invalidez" (71 258 milhões de escudos); "Pensões de Sobrevivência" (67 425 milhões de escudos) e os "Produtos Farmacêuticos" (30 619 milhões de escudos).

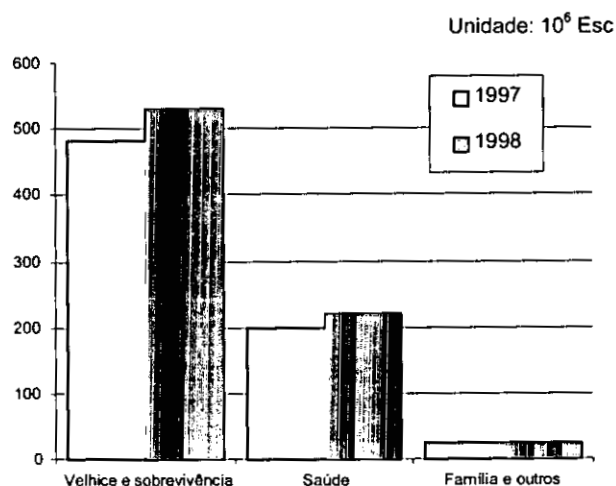
2.14-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções

1998



No que diz respeito ao número de beneficiários activos, e analisando o período compreendido entre 1992 e 1998, constata-se que até 1995 apresenta uma evolução decrescente, tendo essa tendência sido revertida a partir de 1996. O número de beneficiários activos registou o seu maior crescimento em 1998 – mais 26 941 beneficiários do que em 1997.

2.15-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções



Paralelamente a esta evolução, há a considerar a evolução sempre crescente do número de pensionistas que, para o mesmo período, registou um aumento médio anual de 5,9% (em 1992 existiam 287 824 pensionistas, tendo passado a existir 406 870, em 1998).

Se se observar a evolução do rácio activos/inactivos, no período compreendido entre 1992 e 1998, constata-se que a redução deste indicador estrutural do financiamento do sistema, traduz o aumento do tempo médio de duração das pensões, devido ao aumento da esperança média de vida das populações e aposentação de grande número de funcionários e agentes.

Ao longo dos últimos quatro anos (1994-1998) verifica-se que os pensionistas são maioritariamente originários da Administração Central e das Administrações Regionais e Locais, aumentando o seu grau de importância ao longo do período considerado (em 1998 os pensionistas provenientes destas áreas representavam cerca de 56,9% do total, enquanto que, em 1994, situavam-se na ordem dos 50,9%).

Das restantes áreas, salientam-se as Forças Armadas e de Segurança (cujos pensionistas daí oriundos, em 1998, representavam 20,1% do total) e as Empresas Públicas (em 1998, 8,4% dos pensionistas era proveniente de empresas públicas).

Comparativamente, e no que diz respeito ao número de subscritores inscritos anualmente, constata-se que as Administrações: Central, Regional e Local, bem como as Forças Armadas e de Segurança constituem as principais áreas em que há maior número de subscritores.

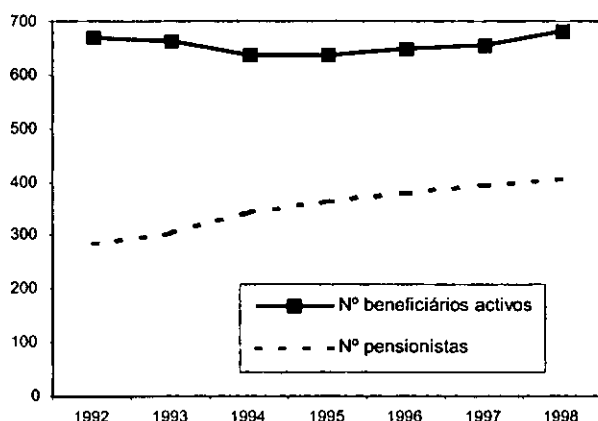
Em 1998, dos 37 497 subscritores que se inscreveram, 78,8% eram funcionários das Administrações Central, Regional e Local, enquanto que 15,3% era proveniente das Forças Armadas e de Segurança.

O maior número de inscrições registou-se em 1998: 37 497, tendo excedido em 50,9% o número registado no ano anterior (devendo-se, em grande parte, à regularização de situações de emprego precário), traduzindo-se numa inversão na evolução da série que, de 1994 a 1997 apresentava tendência decrescente.

Em 1998 as prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa, atingiram cerca de 102,2 milhares de escudos.

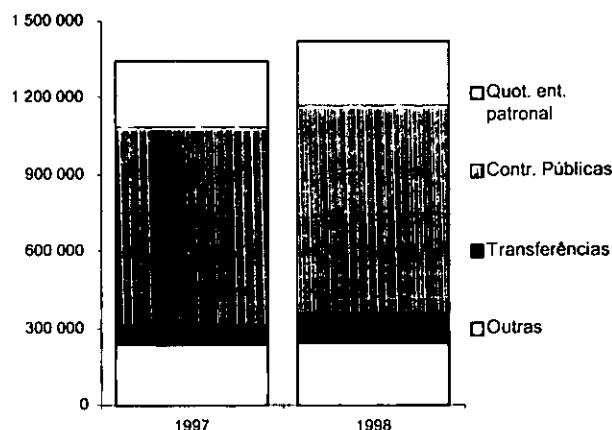


2.16-Número de beneficiários e número de pensionistas, em 31 de Dezembro



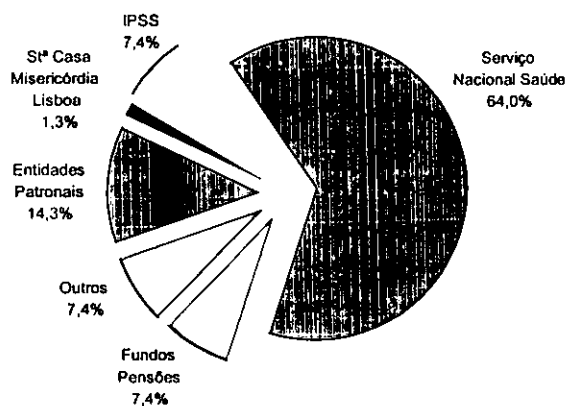
2.17-Receitas dos "Outros regimes de protecção social"

Unidade: 10⁶ Esc



2.18-Despesas dos "Outros regimes de protecção social"

1998



OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

No que diz respeito aos restantes regimes que fazem parte da Protecção Social Portuguesa constata-se que, em termos globais, os principais agregados - receitas e despesas - registaram evoluções positivas.

Em termos de evolução da cobertura das despesas por parte das receitas de cada uma das entidades que compõem "Outros Regimes", constata-se que, à excepção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e das Associações de Socorros Mútuos, a cobertura das despesas por parte das receitas é cada vez menor, em virtude da evolução das despesas ser superior à das receitas.

A título de exemplo, considere-se o caso do Serviço Nacional de Saúde cujas receitas, em 1998, atingiram 785 913 milhões de escudos (mais 6,3% relativamente ao ano anterior, reflectindo o incremento das Contribuições Públicas, que se traduziu em mais 44 878 milhões de escudos do que no ano anterior), enquanto que as suas despesas totalizaram 1 057 554 milhões de escudos (mais 12,7% do que em 1997, causado pelo aumento das prestações sociais (mais 111 406 milhões de escudos).

No que diz respeito às principais áreas para onde foram canalizados os benefícios sociais, constata-se que:

- o Serviço Nacional de Saúde despendeu cerca de 1 002 198 milhões de escudos, em 1998, na área da Saúde (mais 111 406 milhões de escudos do que em 1997), dos quais, 82,5% foram despendidos em "Cuidados de Saúde";
- as Entidades Patronais gastaram 197 198 milhões de escudos em benefícios sociais, canalizando cerca de 46,3% para a área da Saúde; 43,2% para a "Velhice e Sobrevivência"; 2,8% para a Família e 7,6% para "Outras";
- as IPSS totalizaram 102 922 milhões de escudos em prestações sociais, dos quais 43,5% foram atribuídos à "Família"; 33,8% à "Velhice e Sobrevivência"; 20% à "Saúde" e 2,7% para as restantes funções;

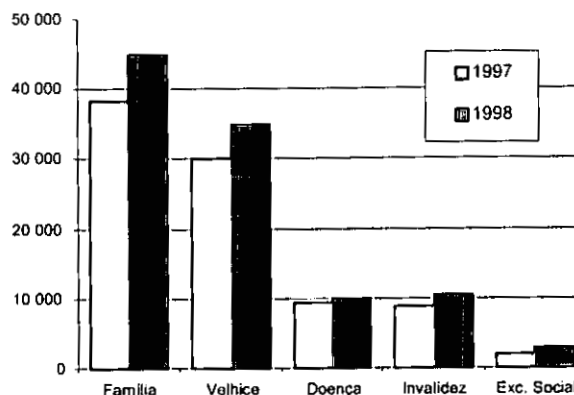


- a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa concedeu 14 042 milhões de escudos, tendo destinado 48,2% à "Saúde"; 22,7% à "Família"; 18,8% à "Velhice e Sobrevivência" e 10,3% para "Outras" funções;
- as Associações de Socorros Mútuos atribuíram 4 981 milhões de escudos para as prestações sociais, das quais 94% destinaram-se à "Velhice e Sobrevivência" e os restantes 6% à "Saúde";
- os Fundos de Pensões despenderam 122 518 milhões de escudos, sendo 61,3% destinado à "Velhice e Sobrevivência" e 38,7% para a "Saúde";
- os "Outros Regimes" (Associação de Deficientes das Forças Armadas; Cruz Vermelha Portuguesa; Instituto Nacional de Emergência Médica; etc.) canalizaram 88 239 milhões de escudos para a Protecção Social, tendo-o repartido por: "Saúde" (93,5%) e restantes funções (6,5%).

A "Família" e a "Velhice" são as principais áreas em que as IPSS desenvolvem as suas actividades. Em 1998, as acções desenvolvidas no âmbito da Família representavam 43,5% da actividade total por elas desenvolvida, e a Velhice: 33,8%.

2.20-Prestações sociais das IPSS, por grupos de funções

Unidade: 10⁶ Esc



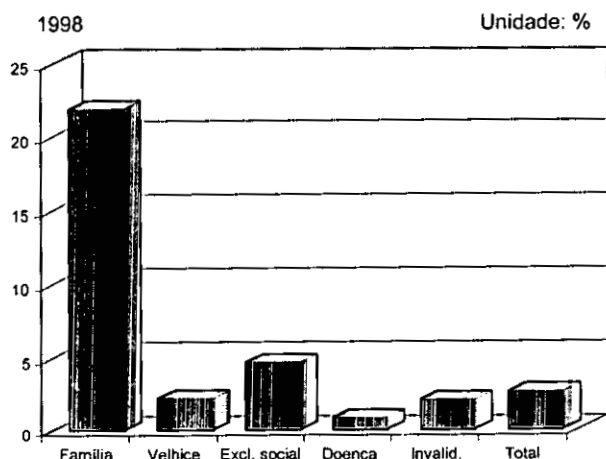
Em relação a 1997, o número total de utentes deste tipo de instituições aumentou em cerca de 45 702.

A "Família" e a "Velhice" foram as funções que registaram maior número de utentes: 224 450 e 104 417 utentes, respectivamente.

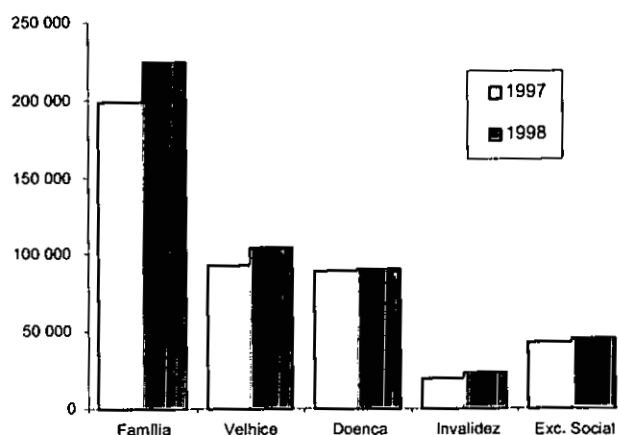
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Em 1998, a actividade das IPSS traduziu-se em cerca de 2,6% do total das prestações concedidas na Protecção Social.

2.19-Representatividade das IPSS na protecção social, por grupos de funções



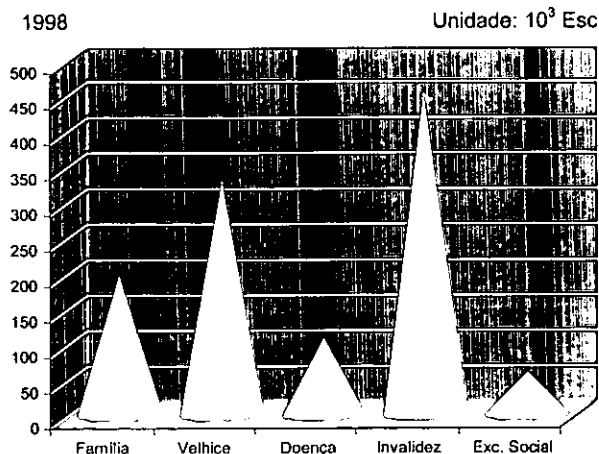
2.21-Número de utentes das IPSS, por grupos de funções



A "Invalidez" e a "Velhice" foram as funções que apresentaram maiores custos médios por utente (457 e 333 milhares de escudos, respectivamente).



2.22-IPSS - Custo médio por utente, segundo os grupos de funções

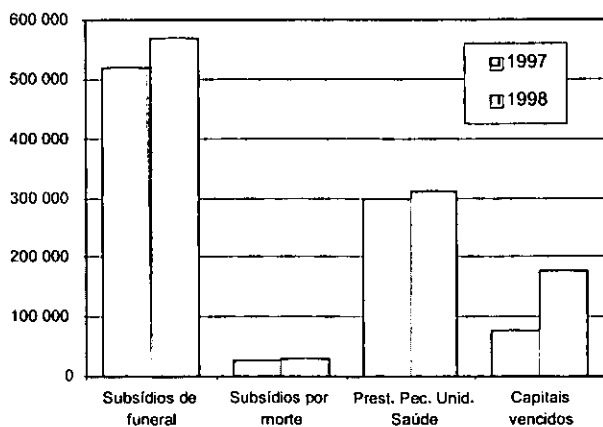


ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

Em 1998, o número de sócios efectivos deste tipo de associações foi de 766 822, tendo sido o subsídio de funeral a prestação de protecção social subscrita por maior número de associados - cerca de 571 mil sócios. Nesse ano foram pagos cerca de 10 085 subsídios de funeral.

No que diz respeito às prestações pecuniárias de unidades de saúde constatou-se a existência de 310 104 sócios a subscreverem este tipo de benefício, tendo 9 412 sócios recebido este tipo de prestações.

2.23-ASM - Número de associados efectivos, por modalidades subscritas

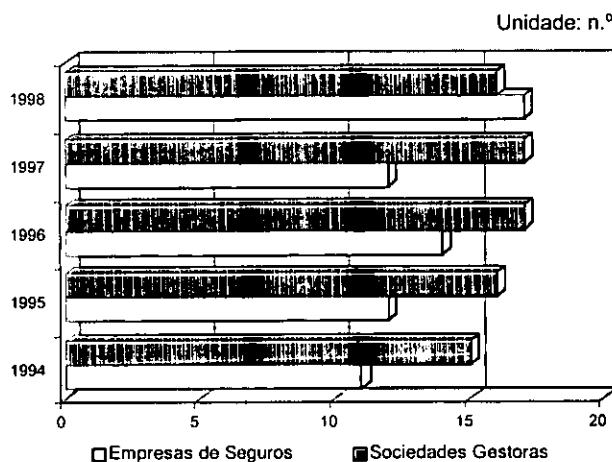


Em 1998 houve 340 pensionistas com pensões que se iniciaram neste ano, das quais 216 eram pensões de sobrevivência.

FUNDOS DE PENSÕES

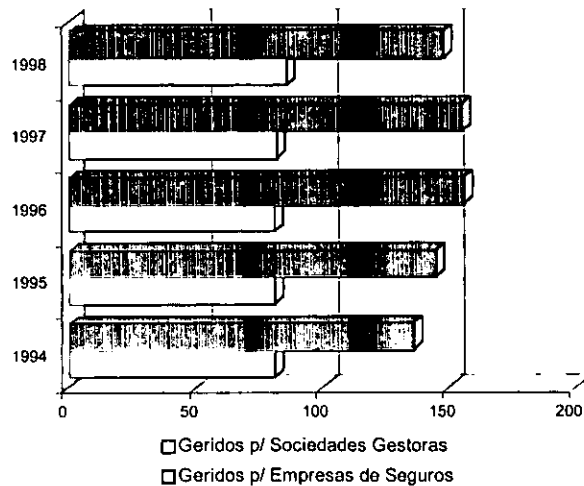
No que diz respeito à actividade desenvolvida no âmbito dos Fundos de Pensões, constata-se que se encontra em expansão, tendo em consideração os últimos quatro anos. Em 1998 existiam 33 entidades gestoras de fundos de pensões, gerindo um total de 234 fundos de pensões.

2.24-Entidades gestoras de fundos



Nos dois últimos anos constata-se a crescente participação das empresas de seguros na gestão dos fundos de pensões, existindo, em 1998, mais 5 seguradoras gestoras de fundos de pensões, do que em 1997. Em 1998, existiam 17 empresas de seguros a gerir 86 fundos de pensões (tendo a seu cargo mais 4 fundos do que no ano anterior), enquanto que as 16 sociedades gestoras geriam 148 fundos (menos 7 fundos do que no ano anterior).

2.25-Número de fundos de pensões, por entidade gestora

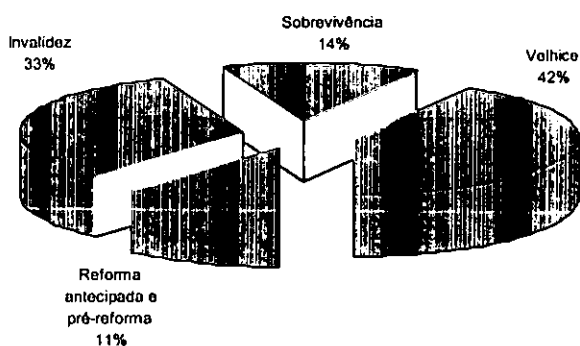




Em termos de prestações sociais, foram pagos 122 518 milhões de escudos em pensões (mais 20,3% do que em 1997) a cerca de 77 205 beneficiários, tendo 32 222 beneficiários usufruído do pagamento de 48 390 milhões de escudos em pensões de velhice; 25 337 beneficiários recebido 47 418 milhões de escudos em pensões de invalidez; 8 633 pessoas auferido de 20 703 milhões de escudos em pensões de pré-reforma e 11 013 beneficiários recebido 6 007 milhões de escudos em pensões de viuvez e orfandade.

2.26-Beneficiários dos fundos de pensões, por tipo de pensões pagas

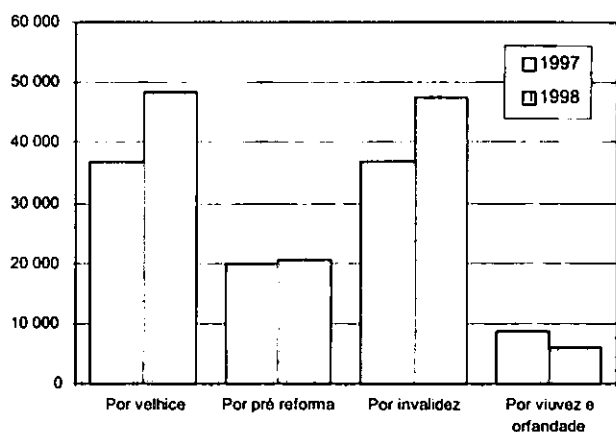
1998



As pensões de Invalidez e Velhice foram as prestações que maior número de novos beneficiários teve em 1998, dos 32 222 beneficiários de pensões de velhice: 2 077 eram novos beneficiários, enquanto que dos cerca de 25 337 beneficiários de pensões de invalidez: 2 669 eram novos beneficiários.

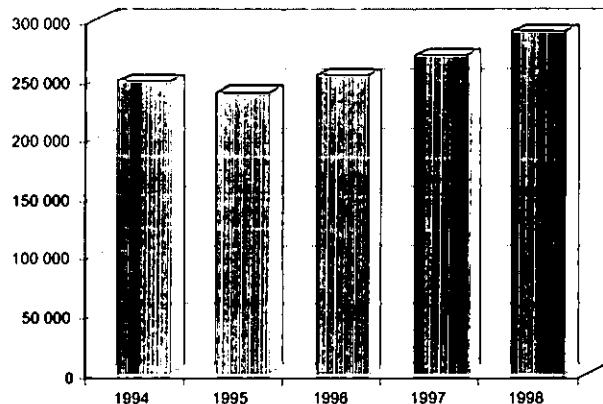
2.27-Pensões pagas, por funções

Unidade: 10⁶ Esc



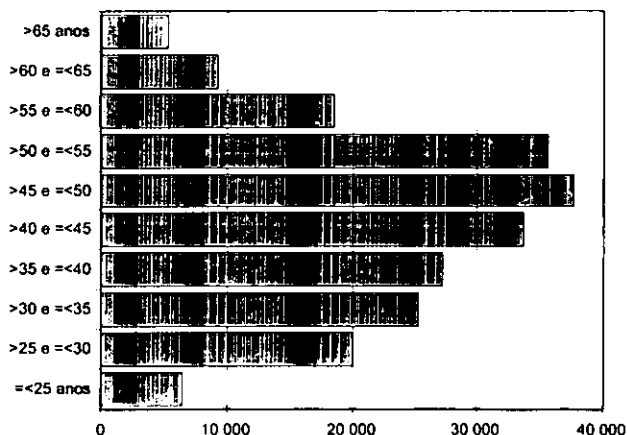
Em 1998, existiam 218 573 participantes, tendo o maior número de participantes idades compreendidas entre os 45 e os 50 anos - aproximadamente 37 592 participantes, dos quais 26 120 são do sexo masculino.

2.28-Fundos de pensões - Número de participantes



2.29-Fundos de pensões - Número de participantes, por idade actuarial

1998

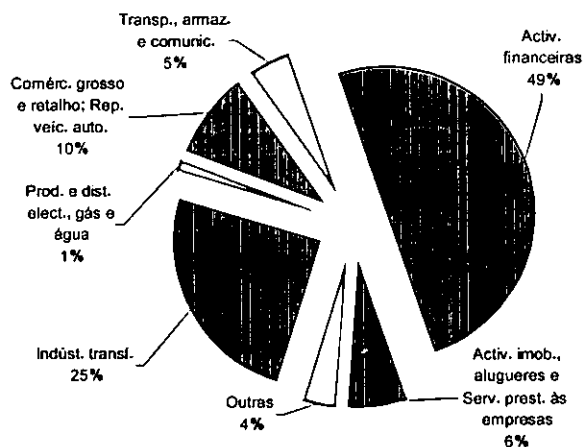


O tipo de planos de pensões mais frequentes foram os fundos de pensões fechados, de benefício definido independente da Segurança Social (em 1997 existiam 211 fundos fechados, sendo 120 planos de benefício definido, independente da Segurança Social).



2.30-Associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1998



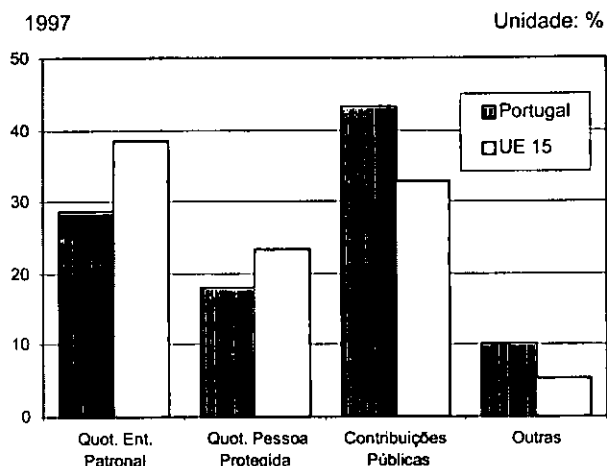
O sector de actividades financeiras foi o que deteve maior número de associados (em 1997, o número de associados neste sector representava cerca de 49% do total).

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

Ao proceder-se à análise comparativa, no período compreendido entre 1995 e 1997, entre a Protecção Social existente em Portugal e a existente na União Europeia, constata-se a existência de algumas diferenças.

No que diz respeito à estrutura das receitas da protecção social, enquanto que em Portugal as contribuições públicas constituem a principal fonte de financiamento, seguindo-se-lhes as quotizações da entidade patronal, na Comunidade Europeia acontece o inverso.

2.31-Receitas, por natureza



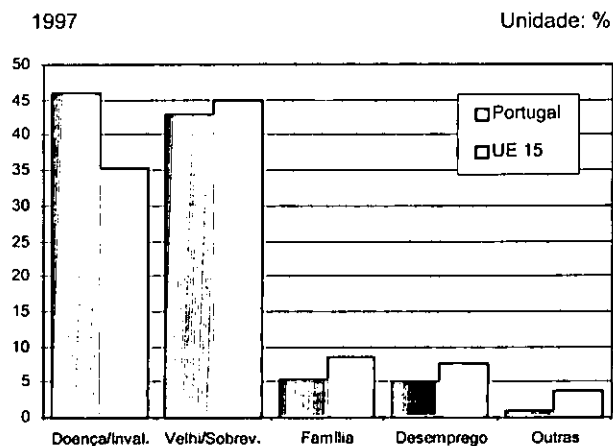
Deste modo, em Portugal e para o ano de 1997, as "Contribuições Públicas" constituíam aproximadamente 43,3% do total das receitas da Protecção Social, seguindo-se-lhes as "Quotizações da Entidade Patronal" (28,6%), as "Quotizações da Pessoa Protegida" (18,1%) e "Outras Receitas" (10,1%).

Na União Europeia, as "Quotizações da Entidade Patronal" representavam aproximadamente 38,5% do total de receitas, seguindo-se-lhes as "Contribuições Públicas" (32,9%), as "Quotizações da Pessoa Protegida" (23,4%) e "Outras" (5,2%).

Em relação à estrutura das prestações de Protecção Social, verifica-se que em Portugal os maiores montantes foram despendidos em "Doença e Invalidez", (em 1997, cerca de 46% do total de despesas da Protecção Social foram canalizados para este grupo de funções), enquanto que em termos de média comunitária, as funções "Velhice e Sobrevivência" foram as que absorveram mais recursos (em 1997, estas despesas representavam aproximadamente 45% do total).



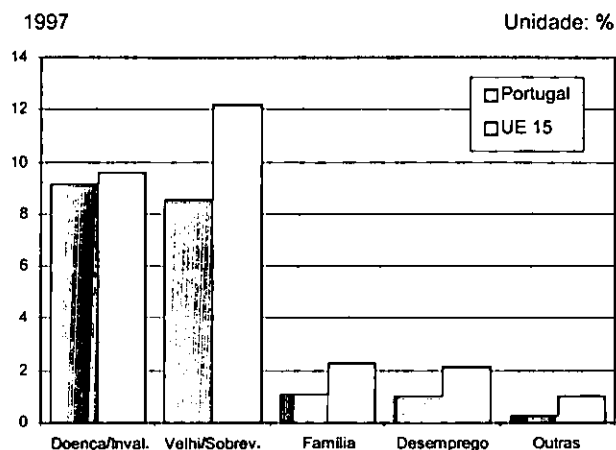
2.32-Prestações por função



No que diz respeito à proporção que as despesas de Protecção Social assumem em termos de Produto Interno Bruto, constata-se que Portugal se situa abaixo dos níveis médios comunitários (em 1997, as despesas de Portugal com protecção social, em termos de PIBpm eram inferiores à média comunitária em aproximadamente 5,7%).

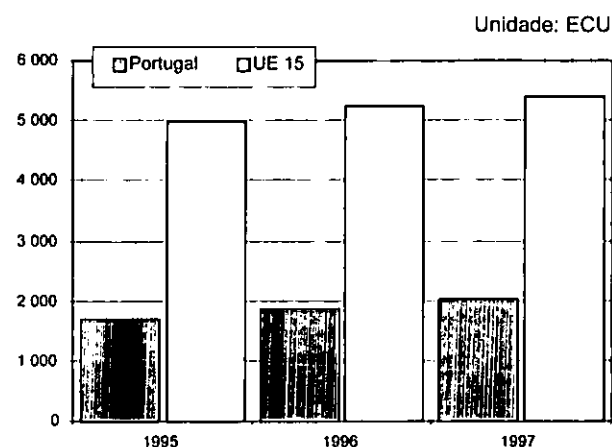
A proporção dos vários grupos de funções de protecção social, em termos de PIBpm, no caso de Portugal situam-se sempre abaixo do nível médio comunitário, constatando-se, em termos globais uma aproximação progressiva dos valores portugueses aos valores médios comunitários. No caso da "Doença e Invalidez" a diferença entre o nível de despesas português relativamente ao comunitário passou de 1,6% em 1995 para 0,5% em 1997.

2.33-Prestações, por grupos de funções, no PIBpm

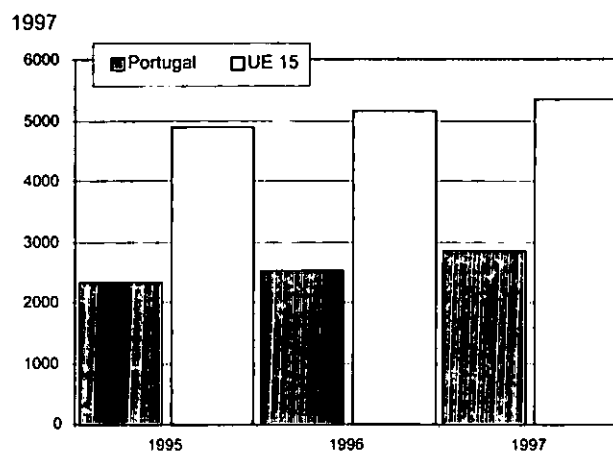


Em Portugal, no ano de 1997, foram despendidos cerca de 2 868 PPC, por habitante em Protecção Social enquanto que na União Europeia foram despendidos em média cerca de 5 334 PPC, por habitante. Relativamente a 1993 as despesas portuguesas por habitante tiveram um acréscimo de 779 PPC, enquanto que as despesas comunitárias registaram um aumento de 785 PPC.

2.34-Despesas de protecção social, por habitante



2.35-Despesas de protecção social, por habitante, em PPC



CAPÍTULO 3

DADOS GERAIS



3.1. Receitas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza \ Anos	1997	1998
1	2	3
TOTAL	4 064 804	4 448 573
Quotizações da Entidade Patronal	1 119 561	1 228 929
Quotizações da Pessoa Protegida	709 785	764 600
Contribuições Públicas	1 697 671	1 824 101
Outras	392 131	466 442
Transferências	145 656	164 501

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.2. Despesas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza \ Anos	1997	1998
1	2	3
TOTAL	4 168 255	4 659 384
Prestações sociais	3 539 124	3 920 109
Custos de funcionamento	146 038	168 991
Outras despesas	337 437	405 783
Transferências	145 656	164 501

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)



3.3. Prestações da protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Funções	Anos	1997	1998
	1	2	3
TOTAL		3 539 124	3 920 109
Saúde (invalidez e doença)		1 626 401	1 800 824
Velhice e sobrevivência		1 513 514	1 671 178
Família		188 054	204 294
Desemprego		178 609	183 333
Habituação		698	677
Exclusão social		31 848	59 803

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.4. Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

Unid: %

Funções	Anos e Regimes	1997				1998			
		Total	R1	R2	R3	Total	R1	R2	R3
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Saúde (invalidez e doença)		100,0	19,5	12,2	68,3	100,0	18,4	12,2	69,5
Velhice e sobrevivência		100,0	57,7	31,8	10,4	100,0	56,1	31,8	12,1
Família		100,0	62,6	12,6	24,7	100,0	62,3	11,5	26,2
Desemprego		100,0	93,4	-	6,6	100,0	93,2	-	6,8
Habituação		100,0	47,4	52,6	-	100,0	47,3	52,8	-
Exclusão social		100,0	56,4	0,7	43,0	100,0	79,1	0,4	20,5

Nota: R1- Regimes da Segurança Social; R2- Regimes da Função Pública; R3- Outros regimes

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)



3.5. INDICADORES

3.5.1. Despesas de Protecção Social, em % do PIBpm

							Unid: %
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas Protecção Social / PIBpm	20,6	22,1	22,0	22,3	22,3	23,3	24,2

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, - dados provisórios

3.5.2. Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm

		Unid: %						
Funções	Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1		2	3	4	5	6	7	8
TOTAL		16,5	18,2	18,8	18,6	19,5	19,8	20,4
Saúde		7,9	8,7	9,1	8,3	8,7	9,1	9,4
Velhice+Sobrevivência		6,8	7,4	7,5	8,1	8,4	8,5	8,7
Família		1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Desemprego		0,6	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0
Habitação		0	0	0	0	0	0	0
Exclusão Social		0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, - dados provisórios



3.5.3. Despesas de protecção social *per capita*

Unid: 10³ Esc

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Desp. Prot. Social / Pop. residente	265,3	300,3	324,6	355,8	377,5	418,6	466,9

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.4. Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10³ Esc

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas velhice e sobreviv./Pop. activa	182,0	211,4	228,9	266,0	293,0	311,8	335,1

Fonte: População activa - Inquérito ao emprego (INE)

3.5.5. Despesas da função doença, por habitante e PIBpm per capita

Unid: 10³ Esc

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas em Doença/Pop. residente	71,7	83,7	95,7	96,5	107,5	118,2	129,2
PIBpm/População residente	1 287,1	1 361,0	1 475,9	1 581,4	1 691,5	1 798,2	1 928,5

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.6. Prestações familiares per capita

Unid: 10³ Esc

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Prestações Familiares/Pop. residente	13,6	15,1	15,5	16,9	18,3	18,9	20,5

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)



3.5.7. População residente, por grupos etários

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14 anos	18,9	18,4	18,0	17,6	17,3	17,0	16,9
15-64 anos	67,1	67,4	67,6	67,7	67,8	67,9	67,9
65 e + anos	14,0	14,2	14,4	14,7	14,9	15,1	15,2

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.8. Índices de dependência (de jovens; idosos; jovens e idosos)

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
Jovens: (0-14 anos)/(15-64 anos)	28,1	27,4	26,6	26,0	25,5	25,1	24,8
Idosos: (65 e + anos)/(15-64 anos)	20,9	21,1	21,4	21,7	21,9	22,2	22,4
Total: (0-14 anos)+(65 e+anos)/(15-64 anos)	49,0	48,5	48,0	47,6	47,4	47,3	47,2

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.9. Índices de envelhecimento

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
65 e + anos/0-14 anos	74,4	77,1	80,2	83,5	86,1	88,5	90,3

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.10. Taxas de substituição

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários							
1	2	3	4	5	6	7	8
0-14 anos/65 e + anos	34,4	29,6	24,6	19,8	16,2	13,0	10,7

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

CAPÍTULO 4

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO



4.1. Receitas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1997	1998
		2	3
TOTAL		2 033 362	2 213 180
Quotizações da Entidade Patronal		866 549	942 785
Quotizações da Pessoa Protegida		507 953	543 900
Contribuições Públicas		447 913	484 575
Outras		146 363	189 942
Transferências		64 584	51 978

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.2. Despesas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1997	1998
		2	3
TOTAL		1 986 976	2 193 416
Prestações sociais		1 493 960	1 613 579
Custos de funcionamento		50 045	56 916
Outras despesas		300 822	362 730
Transferências		142 149	160 191

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.3. Prestações sociais, por grupos de funções

Funções	Anos, montantes e beneficiários	1997		1998	
		Montante	Beneficiários	Montante	Beneficiários
		10 ⁶ Esc	nº	10 ⁶ Esc	nº
1		2	3	4	5
TOTAL		1 493 959	5 560 477	1 613 580	5 239 348
Velhice e Sobrevivência		873 739	2 237 360	937 260	2 192 920
Pensão de Velhice		677 233	1 459 721	724 574	1 460 445
Pensão de Sobrevivência		158 360	557 067	171 959	573 329
Subsídio de funeral		2 443	85 040	986	28 000
Subsídio por morte		20 847	83 810	21 986	81 128
Acção Social (sem IPSS)		5 382	x	8 037	x
Outras		9 474	51 722	9 718	50 018
Saúde (Invalidez e Doença)		317 275	1 327 281	330 579	1 279 341
Subsídio de doença		91 483	709 816	90 883	661 698
Pensão de Invalidez		198 790	398 002	211 041	397 797
Acção Social (sem IPSS)		850	x	834	x
Outras		26 152	219 463	27 821	219 846
Família		117 813	1 617 277	127 303	1 401 593
Abono de família / Subsídio familiar a crianças e jovens		71 349	1 261 963	83 389	1 260 851
Subsídio de maternidade		16 904	66 933	18 530	65 625
Subsídio de nascimento		1 378	56 398	35	-
Subsídio de aleitação		1 980	103 334	134	-
Acção Social (sem IPSS)		16 996	x	18 155	x
Outras		9 206	128 649	7 060	75 117
Desemprego		166 844	371 596	170 817	358 986
Subsídio de desemprego		134 632	337 843	133 056	322 932
Outras		32 212	33 753	37 761	36 054
Exclusão Social		17 957	X	47 301	X
Subs. event. a famílias sit. carência ec.		1 732	x	1 762	x
Acções de apoio a tóxico-dependentes		1 093	x	1 292	x
Luta contra a pobreza		4 458	x	5 381	x
Rendimento Mínimo Garantido		8 788	x	36 878	x
Outras		1 886	x	1 988	x
Habitação		331	6 963	320	6 508

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	3 970 482	3 872 043	4 025 383	4 197 313	4 153 959	4 210 708	4 275 925

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	2 266 640	2 314 662	2 336 414	2 364 251	2 390 004	2 414 790	2 431 571

(a) Pensionistas de velhice, de invalidez e sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.6. Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral, por escalões de pensão

Escalões de pensão	1997				1998					
	Velhice		Invalidez		Escalões de pensão	Velhice		Invalidez		
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
TOTAL	997 282	100	303 553	100		1 025 244	100	310 478	100	
P ≤ 18 060 escudos	12 756	1,3	13 259	4,4	P ≤ 18 780 escudos	14 328	1,4	14 066	4,5	
18 060 < P ≤ 28 000	72 639	7,3	36 276	12,0	18 780 < P ≤ 28 000	74 440	7,3	36 670	11,8	
28 000 < P ≤ 30 000	468 937	47,0	152 771	50,3	28 000 < P ≤ 32 000	392 250	38,3	108 262	34,9	
30 000 < P ≤ 40 000	202 717	20,3	45 928	15,1	32 000 < P ≤ 40 000	262 907	25,6	91 790	29,6	
40 000 < P ≤ 50 000	92 614	9,3	19 248	6,3	40 000 < P ≤ 50 000	103 042	10,1	21 148	6,8	
50 000 < P ≤ 60 000	37 002	3,7	7 795	2,6	50 000 < P ≤ 60 000	49 308	4,8	8 236	2,7	
60 000 < P ≤ 70 000	23 796	2,4	5 459	1,8	60 000 < P ≤ 70 000	28 019	2,7	5 814	1,9	
70 000 < P ≤ 80 000	16 905	1,7	4 184	1,4	70 000 < P ≤ 80 000	19 187	1,9	4 375	1,4	
80 000 < P ≤ 90 000	12 827	1,3	3 543	1,2	80 000 < P ≤ 90 000	14 475	1,4	3 587	1,2	
90 000 < P ≤ 125 000	27 228	2,7	8 036	2,6	90 000 < P ≤ 125 000	31 183	3,0	8 476	2,7	
125 000 < P ≤ 250 000	24 875	2,5	6 187	2,0	125 000 < P ≤ 250 000	29 812	2,9	6 969	2,2	
P > 250 000 escudos	4 986	0,5	867	0,3	P > 250 000 escudos	6 293	0,6	1 085	0,3	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.7. Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários e montantes no ano, por regiões

Região	Anos, montantes e beneficiários	1997		1998	
		Benef. (a)	Montante	Benef. (a)	Montante
		Nº	10 ⁶ esc	Nº	10 ⁶ esc
	1	2	3	4	5
PORTUGAL		170 188	132 269	166 903	131 180
Norte		57 890	41 157	56 149	41 624
Centro		26 397	19 419	25 691	19 306
Lisboa e Vale do Tejo		62 738	56 747	59 829	54 440
Alentejo		11 636	5 777	11 855	6 580
Algarve		5 600	4 510	7 055	4 490
Região Autónoma dos Açores		2 459	1 630	2 739	1 556
Região Autónoma da Madeira		2 716	1 946	2 871	2 072
Caixas (b)		752	1 083	714	1 112

(a) N° de beneficiários no mês de Dezembro

(b) Caixas não integradas nos CRSS.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



4.8. INDICADORES

4.8.1. Beneficiários activos, em % da população residente

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente	40,2	39,1	40,6	42,3	41,7	42,3	42,8

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Estimativas de população residente em 31 de Dezembro (INE)

4.8.2. Pensionistas, em % da população residente

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente	23,0	23,4	23,6	23,8	24,0	24,3	24,4

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

4.8.3. Pensionistas, em % da população activa

Unid: %

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa	47,9	49,1	48,9	49,7	49,2	49,7	48,8

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Inquérito ao Emprego (INE)



4.8.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / Pensionistas (a)	1,8	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.8.5. Despesas das prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10³ Esc

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Prest.de velhice e sobrevivência / Pop.activa	118,1	134,2	145,5	159,9	178,1	180,0	187,9

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Inquérito ao Emprego (INE)

CAPÍTULO 5

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA



5.1. Receitas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local (a)	ADSE	Serviços Sociais	Outras
Natureza e anos							
1		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1998	795 208	586 738	63 413	88 772	24 653	31 632
	1997	723 153	531 580	70 013	70 946	23 515	27 099
Quotizações da Entidade Patronal	1998	31 292	31 292	-	-	-	-
	1997	27 961	27 961	-	-	-	-
Quotizações da Pessoa Protegida	1998	201 784	201 410	-	-	-	374
	1997	186 159	185 840	-	-	-	319
Contribuições Públicas	1998	529 422	345 032	63 413	76 797	13 322	30 858
	1997	482 609	312 552	70 013	60 548	13 116	26 380
Outras	1998	32 710	9 004	-	11 975	11 331	400
	1997	26 424	5 227	-	10 398	10 399	400
Transferências	1998	-	-	-	-	-	-
	1997	-	-	-	-	-	-

(a) Não inclui dados dos Açores.

5.2. Despesas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local (a)	ADSE	Serviços Sociais	Outras
Natureza e anos							
1		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1998	790 496	586 739	63 413	86 206	22 938	31 202
	1997	719 612	531 570	70 010	70 873	20 486	26 673
Prestações Sociais	1998	774 430	582 146	63 413	85 015	12 913	30 944
	1997	704 782	527 353	70 010	69 753	11 212	26 454
Custos de funcionamento	1998	11 646	4 075	-	1 191	6 163	217
	1997	10 700	4 136	-	1 120	5 261	183
Outras despesas	1998	4 420	518	-	-	3 861	41
	1997	4 130	81	-	-	4 013	36
Transferências	1998	-	-	-	-	-	-
	1997	-	-	-	-	-	-

(a) Não inclui dados dos Açores.



5.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Regimes		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local (a)	ADSE	Serviços Sociais	Outras
Grupos de Funções							
1		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1998	774 430	582 146	63 413	85 015	12 913	30 944
	1997	704 782	527 353	70 010	69 753	11 212	26 454
Velhice e Sobrevivência	1998	531 255	509 593	20 938	-	544	179
	1997	481 779	460 245	20 551	-	827	156
Pensão de velhice	1998	459 818	438 917	20 901	-	-	-
	1997	415 649	395 130	20 519	-	-	-
Pensão de	1998	67 425	67 425	-	-	-	-
	1997	61 654	61 654	-	-	-	-
Subsídio de funeral	1998	322	283	-	-	12	27
	1997	371	324	-	-	15	32
Subsídio por morte	1998	3 101	2 968	-	-	-	133
	1997	3 243	3 137	-	-	-	106
Outras	1998	588	-	37	-	532	19
	1997	862	-	32	-	812	18
Saúde (Invalidez e Doença)	1998	219 179	71 258	23 346	85 015	10 045	29 515
	1997	198 636	66 032	29 772	69 753	8 100	24 979
Cuidados de saúde	1998	117 186	-	23 343	65 803	8 073	19 968
	1997	105 562	-	29 770	53 335	6 227	16 230
Produtos farmacêuticos	1998	30 619	-	-	19 212	1 874	9 533
	1997	26 918	-	-	16 418	1 760	8 740
Pensão de Invalidez	1998	71 258	71 258	-	-	-	-
	1997	66 032	66 032	-	-	-	-
Outras	1998	116	-	3	-	99	14
	1997	124	-	2	-	113	9
Família	1998	23 408	1 295	19 123	-	1 739	1 250
	1997	23 788	1 076	19 683	-	1 710	1 319
Abono de família	1998	5 026	1 169	2 622	-	7	1 229
	1997	11 866	927	9 748	-	7	1 184
Acção Social	1998	1 584	-	-	-	1 584	-
	1997	1 567	-	-	-	1 567	-
Outras	1998	16 798	126	16 501	-	149	22
	1997	10 355	149	9 935	-	136	135
Outros	1998	589	-	5	-	584	-
	1997	579	-	4	-	575	-

(a) Não inclui dados dos Açores.



5.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	668 715	661 347	638 327	637 749	647 893	654 228	681 169

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	287 824	305 255	341 797	364 814	381 564	396 423	406 970

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.6. Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por escalões de pensão

Escalões de pensão	Anos	1997		1998	
		Nº	%	Nº	%
1		2	3	4	5
TOTAL		285 135	100,0	293 782	100,0
P ≤ 50 000 escudos		55 916	19,0	55 744	19,0
50 000 < P ≤ 100 000		59 808	20,4	57 030	19,4
100 000 < P ≤ 150 000		63 428	21,6	65 898	22,4
150 000 < P ≤ 200 000		38 439	13,1	34 250	11,7
200 000 < P ≤ 300 000		33 709	11,5	41 667	14,2
300 000 < P ≤ 400 000		24 799	8,4	24 588	8,4
400 000 < P ≤ 500 000		5 603	1,9	10 341	3,5
500 000 < P ≤ 600 000		1 787	0,6	2 185	0,7
600 000 < P ≤ 800 000		1 113	0,4	1 405	0,5
P > 800 000 escudos		533	0,2	674	0,2

Fonte: Caixa Geral de Aposentações



5.7. Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por áreas de origem

Área de Origem	Anos				
	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6
TOTAL	237 378	258 053	272 659	285 135	293 782
Ad. Central, Regional e Local	120 711	139 249	150 346	158 970	167 268
Reg. da Ex-Administração Ultramarina	31 798	31 206	30 728	30 121	29 533
Forças Armadas	27 211	29 270	30 294	30 540	30 644
Forças de Segurança	25 224	27 240	27 998	28 346	28 484
Subsídios / Subvenções Vitalícias	5 409	5 087	4 740	4 390	4 065
Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça	2 578	2 770	2 959	3 084	3 206
Empresas Públicas (a)	24 010	22 692	23 232	23 953	24 767
BNU	-	-	-	3 254	3 195
Macau	-	-	1 738	1 787	1 840
Estab. Ensino Particular e Cooperativo	437	539	624	690	780

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.8. Inscrição de Subscritores, por áreas de origem

Área de Origem	Anos				
	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6
TOTAL	32 943	30 853	30 107	24 857	37 497
Ad. Central, Regional e Local	25 116	20 847	21 007	17 749	29 530
Forças Armadas	6 351	6 613	6 063	3 729	3 862
Forças de Segurança	315	1 935	784	1 839	1 870
Administração Pública de Macau	-	4	916	3	3
CTT/Telecom	14	-	-	-	-
Caixa Geral de Depósitos	256	378	418	355	404
Estab. Ensino Particular e Cooperativo	891	1 076	919	1 182	1 828

Fonte: Caixa Geral de Aposentações



5.9. INDICADORES

5.9.1. Beneficiários activos, em % da população residente

Unid: %							
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente	6,8	6,7	6,4	6,4	6,5	6,6	6,8

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.9.2. Pensionistas, em % da população residente

Unid: %							
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente	2,9	3,1	3,4	3,7	3,8	4,0	4,1

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.9.3. Pensionistas, em % da população activa

Unid: %							
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa	6,1	6,5	7,2	7,7	8,0	8,2	8,2

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Inquérito ao Emprego (INE)



5.9.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / pensionistas (a)	2,3	2,2	1,9	1,7	1,7	1,7	1,7

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.9.5. Despesas das prestações "Velhice e sobrevivência", por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Prest. velhice e sobrevivência / Pop. activa	47,9	58,4	64,2	85,3	96,5	99,2	102,19

Fonte: Inquérito ao Emprego - População activa (INE)

CAPÍTULO 6

OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL



6.1. Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza

		Unid: 10 ⁶ Esc						
Natureza	Regimes	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
	1	2	3	4	5	6	7	8
1998								
TOTAL		785 913	188 223	179 470	21 084	25 942	122 518	117 035
Quotizações Ent. Patronal		-	47 552	-	-	-	122 518	84 782
Quotizações Pes. Protegida		-	3 697	-	-	15 193	-	26
Contribuições Públicas		776 292	26 111	-	-	-	-	7 701
Outras (b)		9 621	110 863	66 947	21 084	10 749	-	24 526
Transferências		-	-	-	-	-	-	-
Dados retrospectivos								
1997								
TOTAL		739 609	172 985	140 520	19 786	21 714	101 839	111 838

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

(b): Em 1997 o SNS não recebeu "Regularizações por ordem do Tesouro"



6.2. Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza

Unid: 10 ⁶ Esc							
Regimes Natureza	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
1	2	3	4	5	6	7	8
1998							
TOTAL	1 057 554	207 861	121 869	20 784	22 998	122 518	121 886
Prestações Sociais	1 002 198	197 198	102 922	14 042	4 981	122 518	88 239
Custos de Funcionamento	48 730	10 375	5 653	2 320	5 847	-	27 504
Outras Despesas	6 626	288	13 294	112	12 170	-	6 143
Transferências	-	-	-	4 310	-	-	-
Dados retrospectivos							
1997							
TOTAL	938 398	175 308	101 189	20 363	19 444	101 839	105 110

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira



6.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Regimes	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
Natureza							
1	2	3	4	5	6	7	8
1998							
TOTAL	1 002 198	197 198	102 922	14 042	4 981	122 518	88 239
Velhice e Sobrevivência	-	85 212	34 813	2 638	4 682	75 100	218
Pensão de velhice	-	46 508	-	746	187	48 390	-
Pensão de sobrevivência	-	8 490	-	-	340	6 007	-
Subsídio por morte	-	465	-	8	146	-	-
Subsídio de funeral	-	11	-	-	594	-	-
Acção social	-	29 495	34 813	1 350	-	-	-
Outras	-	242	-	534	3 415	20 703	218
Saúde (Inv.e Doença)	1 002 198	91 311	20 607	6 767	299	47 418	82 466
Subsídio de doença	-	7 542	-	-	-	-	-
Cuidados de saúde	827 286	24 647	10 023	5 806	21	-	3 752
Produtos farmacêuticos	174 912	8 466	-	358	251	-	-
Pensão de invalidez	-	22 043	-	-	27	47 418	76 628
Acção social	-	28 246	10 584	604	-	-	-
Outras	-	368	-	-	-	-	2 086
Família	-	5 605	44 755	3 182	-	-	41
Abono de família	-	1 042	-	37	-	-	-
Subsídio de maternidade	-	107	-	-	-	-	-
Subsídio de nascimento	-	1 816	-	-	-	-	-
Subsídio de aleitação	-	-	-	-	-	-	-
Acção social	-	2 335	44 755	2 943	-	-	8
Outras	-	305	-	202	-	-	33
Outras	-	15 070	2 747	1 454	-	-	5 514
Dados retrospectivos							
1997							
TOTAL	890 792	164 486	88 603	14 566	4 497	101 839	75 582

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira



6.4.1. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

6.4.1.1. Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções

Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
1	2	3	4	5	6	7
1998						
Prestações sociais (10 ⁶ Esc)	102 922	44 755	34 813	10 023	10 584	2 747
Nº de utentes	487 599	224 450	104 417	90 670	23 150	44 912
Custo médio/utente (10 ³ Esc)	211,1	199,4	333,4	110,5	457,2	61,2
1997						
Prestações sociais (10 ⁶ Esc)	88 603	38 423	29 990	9 450	8 725	2 015
Nº de utentes	441 897	197 846	92 380	88 923	19 856	42 892
Custo médio/utente (10 ³ Esc)	200,5	194,2	324,6	106,3	439,4	47,0

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)

6.4.1.2. Representatividade das IPSS na protecção social, por funções

Unid: %						
Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
Anos	2	3	4	5	6	7
1	2	3	4	5	6	7
1998	2,6	21,9	2,2	0,8	2,1	4,6
1997	2,5	20,4	2,4	0,8	1,9	6,3

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)



6.4.1.3. Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções

Unid: %

Anos	Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
1		2	3	4	5	6	7
1998		100,0	43,5	33,8	9,7	10,3	2,7
1997		100,0	46,6	43,2	2,0	5,5	3,5

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)

6.4.2. ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

6.4.2.1. Associações, associados efectivos e familiares

Unid: nº

Anos	Associações	Associados efectivos	Familiares
1	2	3	4
1998	82	766 822	138 754
1997	79	672 883	167 434

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)



6.4.2.2. Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas

Unid: nº

1998

Modalidades	Associados efectivos	Pensionistas com pensões	
		pagas no ano	iniciadas no ano
1	2	3	4
Prestações	633 823	1 467	340
Pensões de velhice	12 902	912	117
Pensões de invalidez	5 311	555	7
Pensões de sobrevivência	15 913	5 254	216
Subsídios por morte	28 882	509 (a)	
Subsídios de funeral	570 815	10 085 (a)	
Subsídios por acidentes de trabalho ou doenças profissionais	-	-	-
Capitais vencidos	178 137	7 729	-
Em vida	87 121	7 623 (a)	-
Em morte	91 016	106 (a)	-
Regimes profissionais complementares	-	-	-
Complementos de velhice	-	-	-
Complementos de invalidez	-	-	-
Rendas vitalícias	349	349	41
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	310 104	9 412	-
Medicina preventiva, curativa e de reabilitação	186 342	7 704 (b)	-
Assistência medicamentosa	123 762	1 708 (b)	-

Dados retrospectivos

1997

Prestações	586 595	16 248	308
Capitais vencidos	151 838	6 670 (a)	-
Regimes profissionais complementares	-	-	-
Rendas vitalícias	333	333	30
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	276 458	9 315 (b)	-

(a) Nº de subsídios pagos

(b) Nº de associados que receberam as prestações em causa

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)



6.4.3. SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

6.4.3.1. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas

Continente	Unid: %			
Anos	1998	1997	1996	1995
Receitas/Despesas	1998	1997	1996	1995
1	2	3	4	5
1. Receitas				
1.1. Saldo de gerência anterior	x	2,0	1,8	1,3
1.2. Subsídio de exploração	x	87,0	87,8	89,2
1.3. Subsídio de investimento	x	0,1	0,1	0,2
1.4. Prestação de serviços	x	4,0	4,0	4,5
1.5. Proveitos e ganhos extraordinários	x	5,4	5,1	3,4
1.6. Outros proveitos P.A.	x	1,4	1,2	1,5
1.7. Total	x	100,0	100,0	100,0
2. Despesas				
2.1. Despesas com pessoal	x	37,6	39,5	40,5
2.2. Compras	x	13,0	12,9	12,5
2.3. Fornecimentos e serviços externos	x	33,5	35,2	33,6
Dos quais				
Subcontratos	x	25,8	26,5	25,4
Dos quais				
Produtos vendidos por farmácias	x	15,9	16,4	15,8
2.4. Imobilizações	x	1,4	1,4	1,6
2.5. Custos e perdas extraordinárias	x	13,2	9,9	10,6
2.6. Outras despesas P.A.	x	1,2	1,1	1,3
2.7. Total	x	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.2. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas por grupos de serviços

Continente		Unid: %								
Receitas/Despesas	Serviços/Anos	Administrações Regionais de Saúde			Hospitais			Outras (a)		
		1998	1997	1996	1998	1997	1996	1998	1997	1996
1		2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Receitas										
1.1.	Subsídios de exploração	x	45,8	46,6	x	49,1	49,0	x	5,1	4,4
1.2.	Prestações de serviços	x	14,6	14,4	x	77,7	77,2	x	7,7	8,5
1.3.	Outras	x	33,2	32,0	x	60,3	62,9	x	6,5	5,1
2. Despesas										
2.1.	Despesas com pessoal	x	28,4	29,4	x	66,6	66,0	x	5,0	4,6
2.2.	Compras	x	6,0	5,7	x	91,3	91,7	x	2,7	2,6
2.3.	Fornec. e serv. externos	x	75,5	73,4	x	22,3	24,7	x	2,3	2,0
	Dos quais									
	Subcontratos	x	69,3	67,7	x	8,9	8,9	x	0,4	0,2
2.4.	Outras	x	37,8	39,7	x	37,1	37,7	x	25,1	22,7

(a) Inclui Psiquiatria, Serviços Centrais com Autonomia, Serviços de Ensino e Diversos

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.3. Administrações Regionais de Saúde: estrutura das receitas e despesas por regiões

1997		Unid: %				
Receitas/Despesas	Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
1		2	3	4	5	6
1. Receitas						
1.1. Subsídios de exploração		94,7	93,7	93,9	94,3	95,0
1.2. Prestações de serviços		1,3	1,8	1,2	1,2	1,6
1.3. Outras		4,0	4,5	4,9	4,5	3,4
1.4. Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2. Despesas						
2.1. Despesas com pessoal		26,8	29,4	22,8	32,1	31,3
2.2. Compras		2,2	2,1	1,3	3,1	3,0
2.3. Fornecimentos e serviços externos		66,6	62,9	71,4	61,2	60,9
Dos quais						
Subcontratos		63,9	60,4	61,4	58,1	57,0
2.4. Outras		4,4	5,7	4,5	3,7	4,8
2.5. Total		100,0	100,1	100,0	100,1	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.4. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos) por tipo de serviço prestado e por regiões

1997		Unid: %				
Tipo de serviço	Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
	1	2	3	4	5	6
1. Convencionados		10,6	7,5	15,1	2,0	1,0
1.1. Elementos complementares de diagnóstico		5,4	3,9	8,0	0,7	0,5
1.2. Tratamentos especializados		3,0	1,5	4,2	0,4	0,3
1.3. Transporte de doentes		0,6	0,6	0,6	0,4	0,1
1.4. Outras		1,6	1,5	2,3	0,5	0,1
2. Farmácias privadas		18,7	16,3	22,7	3,7	2,3
3. Outros custos		70,7	76,2	62,2	94,3	96,7
Total (1+2+3)		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.5. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com medicamentos, por grupo de entidade

Continente		Unid: %	
Entidades	Anos	1997	1996
	1	2	3
1. Centros de saúde		x	67,2
2. Médicos exercício privado		x	14,1
3. Hospitais (centrais, distritais e outros)		x	13,1
4. IPSS		x	2,9
5. Outras		x	2,7
6. Total		x	100

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)


6.4.3.6. Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões

Serviços	Regiões		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		Total	
	Anos													
	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
1. Centros de saúde	x	102	x	110	x	84	x	44	x	16	x	356		
2. Serviços de Atendimento Permanente	x	58	x	77	x	33	x	34	x	12	x	214		
3. Extensões	x	446	x	712	x	424	x	252	x	68	x	1902		

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)



6.4.3.7. INDICADORES

6.4.3.7.1. Serviço Nacional de Saúde: Alguns dados e indicadores

Indicadores	Anos						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Subsídio ao S.N.S. (10 ⁶ ESC)	456,9	508,4	540,9	599,7	650,2	684,2	x
% do Subsídio ao S.N.S.no O.G.E.	10,2	10,8	10,7	10,0	10,4	7,3	x

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.7.2. Habitantes, por médico

Anos	Unid: n°						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
População residente/médicos	345,0	343,8	341,0	338,0	332,0	327,2	321,0

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE);

Médicos - Estatísticas da Saúde (INE)

6.4.3.7.3. Despesas das prestações de saúde (doença) por pessoa activa

Anos	Unid: 10 ³ Esc						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6	7	8
Prestações de saúde/População activa	109,1	132,3	150,1	146,5	166,6	183,5	206,4

Fonte: População Activa - Inquérito ao Emprego (INE)



6.4.4. FUNDOS DE PENSÕES

6.4.4.1. Quadro síntese

Anos	1998	1997	1996	1995	1994
1	2	3	4	5	6
Nº total de entidades gestoras de fundos	33	29	31	28	26
Nº de empresas de seguros	17	12	14	12	11
Nº de sociedades gestoras	16	17	17	16	15
Nº total de fundos de pensões	234	237	237	226	217
Geridos pelas empresas de seguros	86	82	81	81	81
Geridos pelas sociedades gestoras	148	155	156	145	136
Montante total dos fundos de pensões (10 ⁶ Esc.)	X	2 016 929	1 650 347	1 384 610	987 123
Geridos pelas empresas de seguros	x	73 890	56 150	98 090	95 881
Geridos pelas sociedades gestoras	x	1 943 039	1 594 197	1 286 520	891 242
Montante das contribuições (10 ⁶ Esc.)	X	216 730	232 763	360 394	191 467
Nº de participantes	291 146	270 337	254 241	239 765	249 340
Nº de beneficiários	77 205	75 561	66 793	72 317	49 994
Montantes de pensões pagas (10 ⁶ Esc.)	122 518	101 839	83 104	77 663	48 155
Por velhice	48 390	36 704	38 642	41 934	17 412
Por pré reforma	20 703	19 762	16 491	14 703	10 875
Por invalidez	47 418	36 914	21 545	16 800	15 699
Por viuvez e orfandade	6 007	8 459	6 426	4 226	4 169

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.2. Nº de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões, por tipo de pensões pagas

1	Beneficiários			Novos beneficiários			Unid. nº
	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros	
	2	3	4	5	6	7	
1998							
Total	77 205	73 699	3 506	7 648	7 164	484	
Velhice	32 222	30 680	1 542	2 077	1 949	128	
Reforma antecipada e pré-reforma	8 633	8 090	543	1 488	1 425	63	
Invalidez	25 337	24 612	725	2 669	2 429	240	
Sobrevivência	11 013	10 317	696	1 414	1 361	53	
1997							
Total	75 561	72 101	3 460	8 320	7 674	646	

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a) Inclui apenas Fundos de Pensões Fechados

6.4.4.3. Nº de participantes, nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial

Idade actuarial	Anos	1998		1997	
		HM	H	HM	H
	1	2	3	4	5
TOTAL		218 573	150 954	230 277	157 841
=< 25		6 420	3 736	6 075	3 737
> 25 e =<30		19 932	12 401	19 631	12 475
> 30 e =<35		25 165	16 966	24 717	17 024
> 35 e =<40		27 171	18 765	29 585	20 020
> 40 e =<45		33 705	22 463	34 636	22 687
> 45 e =<50		37 592	26 120	40 264	27 908
> 50 e =<55		35 608	26 492	34 791	25 521
> 55 e =<60		18 444	14 080	20 628	15 248
> 60 e =<65		9 298	6 720	11 391	7 902
> 65		5 238	3 211	8 559	5 319

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a) Inclui apenas Fundos de Pensões Fechados



6.4.4.4. Estrutura do mercado dos fundos de pensões

		Entidades gestoras de fundos de pensões	Fundos de pensões			
			Total	Fechados	Em cogestão	Abertos (exclui PPR e PPA)
1		2	3	4	5	6
Total	1998	33	234	216	3	x
	1997	29	223	211	3	12
Sociedades Gestoras	1998	16	148	x	x	x
	1997	17	144	133	3	11
Empresas de seguros	1998	17	86	x	x	x
	1997	12	79	78	x	1

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.5. Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões

1997						
	Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes
1	2	3	4	5	6	7
Fundos de pensões fechados	78	68 551	30 965	133	1 851 738	161 199
Benefício Definido	72	65 674	27 979	127	1 847 849	158 788
Complementar à S. Social	34	28 926	13 258	45	327 060	61 789
Integrado	25	23 025	9 031	37	318 032	57 195
Não integrado	9	5 901	4 227	8	9 028	4 594
Independente da S. Social	38	36 748	14 721	82	1 520 789	96 999
Contribuição Definida	4	1 596	2 033	4	2 185	1 990
Misto	2	1 281	953	2	1 704	421
Plano Contributivo	7	2 311	1 453	7	26 843	11 262
Fundos de pensões abertos	1	1	17	90	11 640	11 650
(Não inclui PPR's e PPA's)						
Adesões Colectivas	1	1	17	90	11 640	11 650
Benefício definido	1	1	17	62	8 954	11 083
Contribuição definida	-	-	-	28	2 686	567
Misto	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.6. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos

1997

	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1									
Total	211	1 920 289	9 101	78	68 551	879	133	1 851 738	13 923
Montantes geridos (10 ⁶ Esc)									
Até 25	12	203	17	7	137	20	5	66	13
26 a 50	19	714	38	11	417	38	8	297	37
51 a 100	18	1 417	79	4	344	86	14	1 073	77
101 a 250	30	5 062	169	14	2 229	159	16	2 833	177
251 a 500	32	11 805	369	11	3 979	362	21	7 826	373
501 a 1000	30	21 432	714	14	10 162	726	16	11 270	704
1001 a 5000	39	101 435	2 601	14	32 435	2 317	25	69 000	2 760
5001 a 15000	12	110 630	9 219	3	18 848	6 283	9	91 782	10 198
15001 a 25000	2	39 927	19 964	-	-	-	2	39 927	19 964
25001 a 50000	7	226 123	32 303	-	-	-	7	226 123	32 303
Mais de 50000	10	140 154	140 154	-	-	-	10	140 154	140 154

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.7. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados

1997

	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1									
Total	211	607	1 920 289	78	341	68 550	133	266	1 851 739
Nº de associados									
1	154	154	1 427 757	58	58	44 804	96	96	1 382 953
2	15	30	401 960	7	14	3 246	8	16	398 714
3 a 5	27	97	27 656	9	32	11 836	18	65	15 820
6 a 10	12	89	55 309	2	15	1 834	10	74	53 475
11 a 15	1	15	777	-	-	-	1	15	777
16 a 90	1	21	5 154	1	21	5 154	-	-	-
mais de 90	1	201	1 676	1	201	1 676	-	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)



6.4.4.8. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes

1997									
	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	211	1 920 289	192 164	78	68 552	30 965	133	1 851 737	161 199
Nº de participantes									
Até 50	31	4 544	842	17	2 939	456	14	1 605	386
51 a 100	23	4 367	1 647	10	1 972	725	13	2 395	922
101 a 250	51	18 805	8 266	22	7 033	3 329	29	11 772	4 937
251 a 500	39	58 575	14 488	14	19 523	5 472	25	39 052	9 016
501 a 1000	24	74 844	16 958	6	9 474	4 620	18	65 370	12 338
1001 a 1500	16	108 944	19 008	6	19 930	7 423	10	89 014	11 585
1501 a 2000	7	152 023	12 564	1	850	1 672	6	151 173	10 892
2001 a 2500	2	33 715	4 737	-	-	-	2	33 715	4 737
2501 a 5000	11	556 180	37 787	2	6 831	7 268	9	549 349	30 519
5001 a 10000	3	151 858	20 297	-	-	-	3	151 858	20 297
10001 a 20000	4	756 434	55 570	-	-	-	4	756 434	55 570
20001 a 25000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25001 a 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.9. Distribuição dos associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1997			
CAE Rev. 2	Total	Empresas de seguros	Sociedades Gestoras
1	2	3	4
Total	693	337	356
D Indústrias Transformadoras	153	45	108
E Produção e distribuição de electricidade, gás e água	13	1	12
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	65	27	38
I Transportes, armazenagem e comunicações	34	11	23
J Actividades financeiras	338	225	113
K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	54	21	33
Outras	36	7	29

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

CAPÍTULO 7

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA



7.1. Estrutura das receitas por natureza (%)

Natureza das receitas	Quotiz. Entidade Patronal	Quotiz. Pessoa Protegida	Contribuições	Transferências	Outras
1	2	3	4	5	6
1997					
Portugal	28,6	18,1	43,3	-	10,1
UE - 15	38,5	23,4	32,9	-	5,2
1996					
Portugal	25,9	16,8	42,0	-	15,3
UE - 15	38,8	23,5	32,5	-	5,2
1995					
Portugal	30,0	18,9	39,4	-	11,7
UE - 15	39,0	23,6	32,2	-	5,2

Fonte: Eurostat

7.2. Estrutura das prestações de protecção social por grupos de funções (%)

Grupos de Funções	Doença Invalidez	Velhice Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
Países	2	3	4	5	6
1					
1997					
Portugal	46,0	42,8	5,3	5,0	0,9
UE - 15	35,3	45,0	8,4	7,6	3,6
1996					
Portugal	44,6	43,3	5,6	5,9	0,6
UE - 15	35,5	44,6	8,3	8,2	3,5
1995					
Portugal	44,9	43,4	5,8	5,5	0,4
UE - 15	35,8	44,5	7,8	8,3	3,6

Fonte: Eurostat



7.3. INDICADORES

7.3.1. Despesas da protecção social em % do PIB (a)

Anos	1993	1994	1995	1996	1997
	2	3	4	5	6
Portugal	21,0	21,0	20,8	21,6	22,5
UE - 15	29,0	28,6	28,5	28,7	28,2

Fonte: Eurostat

(a) não foi considerado o valor das Transferências

7.3.2. Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, no PIBpm (%)

Grupos de Funções	Doença e Invalidez	Velhice e Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
Países	2	3	4	5	6
1997					
Portugal	9,1	8,5	1,1	1,0	0,2
UE - 15	9,6	12,2	2,3	2,1	1,0
1996					
Portugal	8,6	8,3	1,1	1,1	0,1
UE - 15	9,8	12,3	2,3	2,3	1,0
1995					
Portugal	8,2	8,0	1,1	1,1	0,1
UE - 15	9,8	12,1	2,1	2,3	1,0

Fonte: INE e Eurostat



7.3.3. Despesas de protecção social por habitante em PPC (a)

Anos	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6
Portugal	2 089	2 267	2 317	2 535	2 868
UE - 15	4 549	4 723	4 872	5 152	5 334

Fonte: Eurostat

(a) Paridade de Poder de Compra

7.3.4. Despesas de protecção social por habitante, em ECU

Anos	1993	1994	1995	1996	1997
1	2	3	4	5	6
Portugal	1 519	1 576	1 686	1 869	2 037
UE - 15	4 641	4 798	4 964	5 237	5 407

Fonte: Eurostat

LISTA DE PUBLICAÇÕES

Algumas Publicações
Editadas pelo INE

	PORTUGAL	EUROPA	ESPAÑA	RESTO DO MUNDO
	Assn.	Anúo	Assn.	Anúo
1	624500	52500	1200500	100500
2	1023500	85500	2520500	210500
3	2558500	85500	630500	330500
4	172500	85500	420500	330500
5	190500	190500	410500	590500
6	2280500	190500	4920500	7080500
7	190500	190500	650500	1000500
8	285500	285500	750500	1150500
9	855500	285500	2250500	3450500
10	520500	520500	1100500	2100500
11	520500	520500	1750500	3500500

METODOLOGIAS, NOMENCLATURAS E CONCEITOS	AVULSO	ASSN.	*
Índice de Custo do Trabalho - Metodologia e 1º Resultados (1995 a 1º Trim. 1999)	600500		5
Nomenclaturas Territoriais Designações e Códigos 1998	3.600500		0
Classificação Nacional de Bens e Serviços 1998	12.000500		1
ESTATÍSTICAS GERAIS			
Anuário Estatístico de Portugal 1999	11.200500	8.900500	11
Boletim Mensal de Estatística 2000 (x 12)	2.400500	21.000500	6
Indicadores Urbanos do Continente 1999	5.100500		0
POPULAÇÃO, AMBIENTE CONDIÇÕES SOCIAIS			
Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1998	2.400500	1.900500	7
Série Estimativas Provisórias Nº 29	3.900500		7
Portugal Social 1991/1996	6.000500		8
Estatísticas da Protecção Social 1998	2.300500	1.800500	7
Estatísticas da Saúde 1998	9.000500	7.200500	0
Estatísticas Demográficas 1998	6.600500	5.300500	0
Estatísticas do Ambiente 1997	3.000500	2.400500	8
Estatísticas do Emprego 2000 (Trimestral)	1.300500	4.200500	3
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA			
Estatísticas da Pesca 1999	3.000500	2.400500	7
Inquérito às Plantações de Árvores de Fruto 1998	1.500500		5
Estatísticas Agrícolas 1999	3.900500	3.100500	8
Pescas em Portugal 1986 - 1996	6.300500		1
Contas Económicas da Agricultura 1998	1.500500		5
Estado das Culturas e Previsão das Colheitas 2000	230500	2.200500	1
INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA			
Estatísticas da Construção de Edifícios 1997	2.120500	1.700500	7
Estatísticas da Produção Industrial 1998	5.300500	4.200500	5
Índices de Produção Industrial 2000	180500	1.700500	1
Inquérito Mensal à Construção e Obras Públicas 2000	470500	4.500500	2
Índices de Preços na Produção Industrial 2000	390500	3.700500	2
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria 1999	380500	3.600500	2
Inquérito Mensal à Indústria Transformadora 2000	640500	6.100500	2
Inquérito Mensal de Conjuntura Serviços Prestados às Empresas 2000	210500	2.000500	2
COMÉRCIO INTERNACIONAL			
Comércio Internacional 2000	900500	8.600500	2
Estatísticas do Comércio Internacional 1998	8.100500	6.500500	0
Comércio ExtraComunitário 2000	800500	7.700500	2
COMÉRCIO INTERNO, TURISMO E OUTROS SERVIÇOS			
Estatísticas do Turismo 1999	4.500500	3.600500	8
Estatísticas dos Transportes e Comunicações 1998	6.300500	5.000500	0
Estatísticas das Empresas 1998	8.100500	6.500500	0
Estatísticas dos Transportes Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias 1998	3.300500		7
Gastos dos Estrangeiros não Residentes Residentes em Portugal 1997	1.220500		5
Estabelecimentos Comerciais 1998	900500	720500	5
Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho 2000	110500	1.100500	1
Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio 2000	990500	9.200500	2
ECONOMIA E FINANÇAS			
Estatísticas das Recetas Fiscais 1997	3.200500	2.600500	8
Estatísticas das Administrações Públicas 1998	2.200500	1.600500	5
Estatísticas Monetárias e Financeiras 1998	5.200500		8
Sistema de Contas Integradas das Empresas 1996-1997	3.100500	2.500500	8
Índice de Preços no Consumidor 2000	1.300500	12.500500	2
Contas Nacionais 1995	2.070500		5
Síntese Económica Mensal 2000	480500	4.300500	2
Contas Regionais 1995	2.900500		7
ESTATÍSTICAS REGIONAIS			
Retrato das Regiões 1998	5.000500		0
Anuário Estatístico da Região Lisboa e Vale do Tejo 1999	6.000500	4.800500	0
Inventário Municipal da Região Lisboa e Vale do Tejo 1998	5.970500		0
Revista de Estudos Regionais 2000 (Semestral)	1.600500	2.600500	5
Anuário Estatístico da Região Algarve 1999	4.200500	3.400500	0
Inventário Municipal da Região Algarve 1998	4.600500		0
Anuário Estatístico da Região Alentejo 1999	4.100500	3.300500	0
Inventário Municipal da Região Alentejo 1998	5.000500	4.600500	0
Anuário Estatístico da Região Centro 1999	5.800500		0
Inventário Municipal da Região Centro 1998	6.000500		0
Anuário Estatístico da Região Norte 1999	4.900500	3.900500	0
ESTUDOS			
Revista de Estatística 2000 (quadrimestral)	2.600500	6.200500	9

